

GÉNESE E EVOLUÇÃO CONCELHO DE SANTO TIRSO



1834 . 2012

Estrutura Administrativa e Órgãos Autárquicos



Museu Municipal Abade Pedrosa . 2012 .

Génese e evolução do concelho de Santo Tirso 1834 . 2012
Estrutura administrativa e órgãos autárquicos

Museu Municipal Abade Pedrosa
16 de Março a 27 de Maio

Apresentação

A história de uma autarquia local é indissociável das figuras dos seus presidentes independentemente do regime e poderes que os suportavam. O presidente da Câmara Municipal, nomeado ou eleito, foi sempre a primeira figura na representação do município e consequentemente do poder local.

Esta exposição é o levantar do véu sobre um lado da história da autarquia que até agora tinha estado adormecido. Ver alinhados cronologicamente todos os presidentes da Câmara Municipal e poder relacioná-los com o contexto local e geral, é uma oportunidade que convida à descoberta e, por certo, motivará o aprofundamento do trabalho iniciado. Até porque este, o poder local, é um tema de que pouco se sabe. Complexo, muito influenciado pelos regimes políticos, só começou a ganhar dignidade e autonomia no pós-25 de Abril. Só então os presidentes começaram a ter a legitimidade e autonomia financeira para poderem decidir livremente a política a implementar no território municipal. Datam de 1977 e de 1979 os diplomas fundamentais para o poder local: a primeira lei das autarquias (1977) e a primeira lei das finanças locais (1979).

Como em todos os trabalhos desta natureza o mais difícil é começar. Estou certo que a partir de agora mais fácil e aliciante será completá-lo, juntando pedaços de história e enriquecer a nossa memória coletiva.

António Alberto de Castro Fernandes (Eng.º)
Presidente da Câmara Municipal

Nota prévia

O presente catálogo constitui uma primeira abordagem à história do municipalismo tirsense, cujos parâmetros cronológicos se encontram balizados pela data de criação do concelho de Santo Tirso, em 1834, à atualidade, cobrindo um extenso lapso de tempo de enorme riqueza e complexidade histórica, nomeadamente no campo político, económico, social e institucional. Como tal, tendo em consideração o propósito a que se destina, o catálogo tem apenas como desígnio constituir um pequeno contributo historiográfico que permita e estimule a execução de projetos de investigação no âmbito da história local com maior profundidade, com contributos de diferentes áreas das ciências sociais, de forma a privilegiar uma abordagem interdisciplinar e historiograficamente mais densa e complexa.

Como fonte privilegiada e fundamental para a recolha dos dados relativos aos executivos camarários – identificação dos autarcas, cronologia dos mandatos, substituições e alterações na composição dos órgãos autárquicos –, assim como as respetivas atribuições e competências, servimo-nos dos Livros das Atas das Sessões da Câmara Municipal (n.º 1 a n.º 79 / 1834 a 1974), com exceção dos períodos em que não estão disponíveis (n.º 6, 44, 45, 61, 66, 67 / com correspondência aos anos de 1857-1862; 1953; 1953-1954; 1963-1964; 1966-1967; 1967). Apesar de constituírem um acervo documental de excecional importância e relevância patrimonial, a diversidade de autores (secretários) e a diferente observância das regras da diplomática e hermenêutica, nomeadamente, no rigor da identificação e designação dos executivos e órgãos autárquicos, cuja significação transcende em muito os aspetos relativos à terminologia registada ao longo dos 178 anos em análise, constituíram uma dificuldade acrescida no exame, interpretação e crítica dos documentos. A estes aspetos acrescem ainda diferentes tipos de abordagem, profundidade e rigor no desenvolvimento dos conteúdos, em grande medida resultantes de aspetos de natureza jurídico-administrativa ou, em alguns casos, como reflexo de maior instabilidade na governação autárquica.

Paralelamente, o *Jornal de Santo Thyrsó* e a *Semana Thyrsense* constituíram fontes de capital importância, em particular para os períodos em que escasseia ou não existe documentação oficial, de forma a promover o enquadramento político e social dos períodos politicamente mais conturbados.

Como fontes documentais complementares foram consultados os seguintes arquivos – Arquivo do Governo Civil do Porto, Arquivo Distrital do Porto, Arquivo Distrital de Braga, Arquivo do Registo Civil de Santo Tirso, Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, Arquivo Fotográfico Municipal, assim como outros registos fotográficos, patentes nas salas nobres de instituições tais como, Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses, Grémio da Lavoura de Santo Tirso, Club Thyrsense, Santa Casa da Misericórdia e Hospital Conde de S. Bento.

O maior suporte de investigação foi constituído pela ampla bibliografia tirsense, em particular as monografias e genealogias, cujas referências foram complementadas com informações orais e documentais de várias famílias dos visados, que, na globalidade, tiveram a generosidade de facultar os elementos disponíveis, a quem aproveitamos para agradecer.

Por último, de particular importância reveste-se o trabalho de investigação desenvolvido pelo Dr. Mário de Vasconcelos Trepá, cujas referências documentais e fotográficas constituíram a base deste trabalho, revelando-se, inclusivamente, como o suporte essencial e fundamental para a sua concretização, cujos créditos não podem deixar de serem referenciados, agradecendo-se reconhecidamente o trabalho pioneiro desenvolvido.

BREVE HISTÓRIA DO MUNICIPALISMO *

O liberalismo monárquico constitucional criou uma administração centralista e hierarquizada que visava o controlo efectivo do território nacional e das comunidades locais, bem como uma nova realidade autárquica que assentava na figura do distrito sob controlo dos Ministros do Reino.

Assim, os fundamentos essenciais do Estado Moderno Português tiveram por base o regime liberal, construído no século XIX pela mão de Mouzinho da Silveira, inspirado no Código Administrativo Francês, que perdurou até aos nossos dias!

A divisão político-administrativa anterior a Mouzinho da Silveira apresentava a seguinte estrutura:

- 6 Províncias
- 26 Divisões Eleitorais, 785 Concelhos
- 4086 Freguesias
- 765.252 Habitações
- 3.26.451 Habitantes, incluindo 12.504 Religiosos

Mantendo o número de concelhos do Antigo Regime, Mouzinho da Silveira construiu uma divisão político-administrativa estruturada em três níveis: Província (liderada por Prefeitos), Comarca (com Sub-Prefeitos) e Concelhos (liderados por Provedores). Os líderes eram nomeados diretamente pelo Rei, promovendo ainda uma Junta de Cidadãos de confiança dos povos, e por eles eleitos, para fomentar os seus interesses e vigiar o emprego dos investimentos públicos que aos magistrados eram confiados. Estes corpos administrativos eram constituídos pela Junta Geral da Província, Junta da Comarca e Câmara Municipal do Concelho.

O Provedor do Concelho era também o líder da Câmara Municipal. Esta, era eleita sendo elegíveis para o cargo de Presidente e Vereadores os cidadãos com rendimentos anuais mínimos de 200 mil Réis nas cidades ou principais Vilas, e de 20 mil Réis nos concelhos de menor dimensão (como Santo Tirso), ou seja, foram sempre proprietários rurais, comerciantes ou profissionais liberais, letrados ou com altos rendimentos, os autarcas eleitos.

Com Passos Manuel suprimiram-se 455 Municípios, ficando o Reino dividido em apenas 351. Em 1836, uma nova concepção era adoptada pelo novo Código, sendo Portugal dividido por Distritos, Concelhos e Freguesias.

Eram magistrados administrativos o Administrador-Geral do Distrito, o Administrador do Concelho e o Regedor da Freguesia.

Passaram a funcionar em sintonia com estes órgãos individuais os órgãos coletivos designados pela Junta Geral Administrativa do Distrito, pela Câmara Municipal e pela Junta da Paróquia (Freguesia).

Os Administradores do Concelho e os Regedores eram designados por um processo singular: listas triplicas ou quádruplas votadas diretamente pelos eleitores, de entre os quais o Governo escolhia o respetivo cidadão.

Este Código seria revisto a partir de 1840, restringindo a capacidade eleitoral dos cidadãos portugueses.

A criação do Conselho Municipal, que passou a ser formado pelos maiores e menores contribuintes-eleitores, e o facto do Regedor da Paróquia passar a ser um simples Delegado da Administração do Concelho, que, por sua vez, era nomeado pelo Rei, eram indicadores de um reforço da tutela, uma espécie de resistência das comunidades locais à penetração do Estado, que vigorou com a Reforma de Costa Cabral a partir de 1842.

Mais tarde, em 1878, o Código Administrativo seria substituído por um outro, da autoria de Rodrigues Sampaio, mais reformador, verdadeiramente mais descentralizador.

Por iniciativa do Partido Regenerador o país tinha então 17 Distritos, 263 Concelhos e 160 Comarcas.

* Texto elaborado com base nos artigos da autoria de César Oliveira, inscritos na monografia «Grandes temas da nossa história - História dos Municípios e do Poder Local», edição Círculo de Leitores, 1996, pp.179 a 494, identificados nas notas adjacentes.



OS MUNICÍPIOS NO LIBERALISMO MONÁRQUICO

O processo de construção do sistema administrativo português teve início em 1820 com a implantação do Liberalismo. O seu triunfo definitivo verificou-se em 1834 na Convenção de Évora Monte e foi amadurecendo até meados do séc. XIX no período designado por Regeneração.

Até então, Portugal vivera durante décadas sob a presença dominadora do poder britânico, caracterizando-se como um território atrasado económica, social e culturalmente. As forças conservadoras vieram atrasar ainda mais os desígnios liberais, como ficou traduzido na Constituição de 1822, adiando não só o fim de uma sociedade profundamente rural, como o início de um Estado moderno.

A Carta Constitucional de 1826 definia para o Reino de Portugal um ordenamento político-institucional menos radical, insuficiente, contudo, para vencer a resistência à mudança e transformação que estava ainda profundamente enraizada entre os portugueses.

Nos anos seguintes, até 1834, o país vive mergulhado numa guerra civil que terminaria no dia 26 de Maio, coincidindo com a apresentação da reforma administrativa de Mouzinho da Silveira, que redigiu e fez publicar o documento que seria a matriz fundamental de sucessivas reestruturações.

Com João Franco a administração pública conheceria uma nova realidade, designadamente no reordenamento administrativo a nível local, voltado, de novo, para o garante do controlo efectivo do Terreiro do Paço sobre todo o território nacional, as autarquias e o poder local.

Os magros orçamentos são tema principal no seio de uma crise económica vincada, e, neste cenário, as Câmaras Municipais são obrigadas a racionalizar recursos, enquanto as Juntas de Freguesia são limitadas à gerência da fábrica da igreja paroquial e suas dependências, fontes, caminhos, entre outras.

O Código Administrativo de 1896, que vigorou até ao fim da Monarquia, e que mais não era do que uma revisão compilada dos códigos anteriores, reunia na mesma pessoa as funções de autoridade administrativa e municipal (Administrador Municipal e Presidente da Câmara).

Por outro lado, sancionava a extinção das Juntas Distritais mantendo as Comissões Distritais, fazendo parte delas o Delegado do Poder Central, ou seja, a figura do Governador Civil.

João Franco promoveu a remodelação das circunscrições administrativas e 46 concelhos foram suprimidos nesse ano.

Coube a António José de Almeida o primeiro trabalho de reforma administrativa apresentada em 15 de Agosto de 1911 à Assembleia Constituinte, discutida na especialidade quase um ano depois, tendo surgido propostas que defendiam o regresso às velhas tradições de autonomia municipal descentralizadora, sugerindo inúmeras alterações, emendas e aditamentos.

Por fim, a Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, promulgou o Código Administrativo Republicano. Os corpos eram constituídos por:

No Distrito – Junta Geral

No Concelho – Câmara Municipal

Na Paróquia Civil – Junta da Paróquia

Nos dois primeiros funcionava uma Comissão Executiva delegada no respectivo corpo administrativo. Eram eleitos diretamente pelos cidadãos inscritos nos recenseamentos das respectivas circunscrições, por 3 anos civis, a contar do dia 2 de Janeiro. A dissolução só poderia acontecer através dos Tribunais administrativos e depois de aprovados os Orçamentos.

A Lei estabelecia também a composição e competências das Juntas Gerais de Distrito, eleitas diretamente pelos respetivos concelhos na proporção de 1 Procurador por cada 10.000 habitantes.

As Câmaras Municipais mantinham a classificação de Concelho de 1.ª, 2.ª e 3.ª Ordem, dela dependendo o número de vereadores a eleger (32, 24 e 16). Cada Câmara Municipal elegia uma Comissão Executiva composta por 9, 7 ou 5 elementos conforme a Ordem. O número de reuniões ordinárias seria de 4 por cada ano civil.

A Lei n.º 88 trouxe três inovações quanto à formação e funcionamento dos corpos administrativos municipais; a diferença entre o órgão deliberativo (Senado Municipal, hoje Assembleia) e o órgão executivo (então designado de Comissão Executiva), eleita anualmente pelo primeiro; a representação de minorias e, a admissão da consulta popular.



Exequias de Fontes Pereira de Melo, 1887

A REPÚBLICA E OS MUNICÍPIOS

Em 1910 encontrava-se em vigor o Código administrativo de 1896, de pendor centralizador. O Partido Republicano não tinha preparado nenhuma reforma administrativa que pudesse aplicar logo que os Monárquicos deixassem o poder, por isso, recorreram ao Código de 1878, de Rodrigues Sampaio, passando por cima de João Franco, um dos líderes monárquicos que personificou a "ditadura" de 1906-1908.



Deputados Republicanos, 1910

Alfonso Costa, Bernardino Machado, António Almeida, João de Meneses, Teófilo Braga, Alexandre Braga, Cândido dos Reis, Luís Gomes, Miguel Bombarda, Feio Terenas, Brito Camacho, Fernandes Costa, Aurélio Ferreira, e Alfredo Magalhães.



Auto de Proclamação da República;
Capa editorial da Constituição de 1911;
Capa editorial do Código Administrativo de 1913, interpretado por Alberto Pimentel.

Só em Janeiro de 1914 foram oficialmente empossadas as vereações municipais resultantes das primeiras eleições pós-república. Seguiram-se actos eleitorais em 1917, 19, 22 e 25.

Em 1913, 17 e 19, venceu claramente o Partido Democrático, uma tendência que se alterou depois a favor dos Nacionalistas, conduzindo a uma crise Republicana, ao 28 de Maio de 1926 e à Ditadura Militar, derivada em grande medida pelo fortalecimento do poder legislativo em relação ao poder executivo.

O novo Código Administrativo de 1936 consagra a hierarquização da estrutura administrativa - Freguesias, Concelhos e Províncias (a partir de 1959, Distritos) -, nos seguintes termos:

- A Junta de Freguesia era composta por 3 vogais eleitos pelos Chefes de Família e que entre si deliberavam escolher 1 Presidente, 1 Secretário e 1 Tesoureiro. O Regedor não era parte integrante dos órgãos de Freguesia, era sim o representante municipal naquela localidade, com funções de natureza policial ou fiscal, que podiam ser coadjuvado por auxiliares (Cabos de Ordens) acabando por constituir uma estrutura paralela à da Junta de Freguesia. O Regedor era também escolhido por nomeação governamental, tal como o Presidente da Câmara.

- Os Concelhos estavam classificados em rurais e urbanos, havendo dois tipos de ordens: comuns e especiais. Os concelhos comuns eram, por sua vez, constituídos por Conselho Municipal, Câmara Municipal e Presidente da Câmara. O Conselho Municipal resulta da representação da Junta de Freguesia, único órgão eleito por um colégio eleitoral mas restringido aos chefes de família, ou equiparados, das minorias dos organismos corporativos. Era o Conselho Municipal que elegia os Vereadores e fiscalizava a acção do Presidente da Câmara podendo requerer ao Governo inquéritos aos seus actos. O Presidente da Câmara tinha por função global a execução das deliberações mas os "negócios municipais" não podiam ser distribuídos pelos pelouros aos Vereadores. O Presidente da Câmara possuía poderes de tutela sobre as freguesias e era a autoridade policial, excepto nos concelhos com PSP com comando, entregue a oficiais do exército.

- As Províncias coexistiam com os Distritos fixando-se em 11. Os concelhos de Província foram substituídos pela Junta de Província. Os Governadores Civis tinham um poder real, uma prática de controlo e de representação muito significativa, reforçando a centralização.

Em 1954, dos 303 municípios portugueses, 50 % não tinha receitas superiores a 1.000 contos. A dependência dos antigos governos não decorria apenas da participação do Estado mas, sobretudo, da intervenção deste no funcionamento e na gestão de todos os corpos administrativos.

Em 1959 a Associação Nacional ganha poderes para rever a constituição política do Estado Novo mas apenas as Províncias, que tinham funções do tipo dos municípios, deram lugar aos Distritos.

Também na década de 1960, com Marcelo Caetano no poder, mantém-se as dependências das Autarquias e as metodologias do sistema eleitoral, pese embora a vontade e as promessas de mudança.

A Constituição de 1976 consagrou as autarquias locais como integrantes da organização democrática do estado, como forma autónoma de administração e não como forma de administração indirecta do Estado.

Esta Constituição veio confirmar os níveis administrativos atualmente existentes: Região, Municípios e Freguesias.

Em 12 de Agosto de 1976, termina o período em que as Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais haviam sido geridas por Comissões Administrativas, iniciando-se o processo de eleições livres nos moldes tal como hoje conhecemos.



Academia das Ciências, 1936

O ESTADO NOVO E OS MUNICÍPIOS CORPORATIVOS

No Estado Novo imperou com o Código Administrativo de 1936. Antes, um Decreto de Maio de 1931, havia consagrado uma deliberação que garantia a eleição administrativa no mais curto espaço de tempo, incluindo os vogais das Juntas de Freguesia, assim como as condições para se ser eleito e eleitor.



Cartaz de propaganda do Estado Novo



Cartaz de propaganda do 25 de Abril

O 25 DE ABRIL E A CONSTRUÇÃO DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

Uma das manifestações mais vivas do espírito revolucionário do 25 de Abril de 1974 foi, sem dúvida alguma, a anulação de toda a máquina da administração local tutelada pelos Governos Civis.

SANTO TIRSO, O MOSTEIRO E O COUTO

A cidade de Santo Tirso localiza-se junto à margem esquerda do rio Ave. O território da atual freguesia, definida parcialmente a partir dos limites do couro do antigo mosteiro beneditino, foi administrado durante largos séculos pelos seus monges. O Mosteiro foi fundado por D. Unisico Godiniz no ano de 978. O Conde D. Henrique e a sua esposa, D. Teresa, constituíram o extenso território do couro, ao qual foram acrescentadas novas terras, tendo sido posteriormente doadas a Soeiro Mendes da Maia. O Mosteiro seria alvo da primeira reedificação em 1090, tendo a comunidade aderido à regra beneditina em 1092, no abaciado de D. Gaudemiro. Poucos anos depois, em 1098, Soeiro Mendes da Maia doa o couro de Santo Tirso aos monges beneditinos, os quais passaram a ter jurisdição civil e judicial sobre estas terras. Ao longo dos séculos o mosteiro foi alargando o seu património juntando-lhe novos domínios, como se verificou em 1211, quando a Rainha Santa Mafalda concedeu aos beneditinos de Santo Tirso o Couro de S. João da Foz, que permaneceu na sua posse até ao início do século XIX.

A importância alcançada por este mosteiro permitiu-lhe iniciar, no século XVII, amplas obras de remodelação dirigidas por Frei João Turriano, filho de um importante arquitecto milanês. Do projecto inicial apenas podemos apreciar, ainda com a traça original, a capela-mor e a sacristia. As obras do mosteiro iniciaram-se em 1659 e compreenderam a adaptação de um dos claustros do mosteiro, a transformação das três naves da igreja anterior numa planta de cruz latina com uma só nave e nova decoração do interior. Esse espaço, ricamente ornamentado, tem o risco de um dos mais notáveis entalhadores da escola bracarense - Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. O seu estilo, onde se cruzam influências do barroco romano e do rococó francês e alemão, reflete um espírito inventivo e gracioso que a igreja matriz transmite em todo o seu esplendor.

O advento do liberalismo provocou várias convulsões sociais que deram lugar a um prolongado período de instabilidade política e a uma guerra civil. A instalação do Estado liberal e suas instituições provocou o declínio das estruturas do Antigo Regime e do papel que a Igreja e as congregações religiosas até então desempenhavam em Portugal. Com as reformas administrativas de Mouzinho da Silveira, implementadas em 1832, foram abolidos os coutos e criados vários concelhos.

A 30 de Maio de 1834 foi decretada a extinção das Ordens Religiosas que originou o encerramento do Mosteiro de Santo Tirso. Coube a D. Joaquim de Santa Rosa, último abade do Mosteiro, encerrar as suas portas dispersando-se os monges por várias localidades. Era o fim de uma época, mas também o desabrochar de um novo período: o Liberalismo.

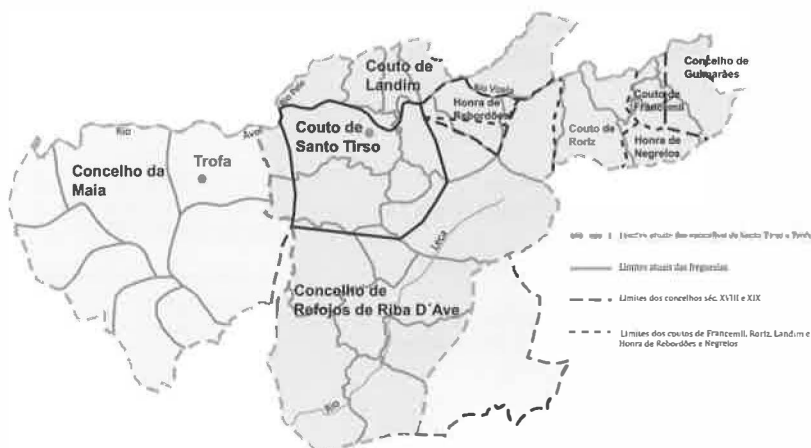
**Igreja / Mosteiro de S. Bento**

Fachada da Igreja - Na parte inferior da fachada abrem-se três arcos plenos e na superior, três janelões rectangulares separados por pilastras toscanas, debaixo das quais se encontram inseridos, em nichos, as imagens de S. Bento, Santo Tirso e Santa Escolástica

Nave - No interior da igreja podem observar-se, de ambos os lados, belos retábulos de talha barroca do século XVIII. Iluminam-na os janelões sobrepostos aos mesmos ornados com sanefas de talha. Em ambos os lados da nave é possível observar esculturas como a Virgem com o Menino (século XVI), de Santo Amaro, de Santa Gertrudes, de S. Rosendo e o trio da Sagrada Família (todas do séc. XVIII). Os púlpitos são adornados com talha policroma do séc. XVIII. Nos dosséis aprumam-se as figuras de S. Miguel e da Caridade. A grade de ferro, mandada erguer pelo Abade José de Jerónimo em 1773, que separava a comunidade monástica dos fiéis, na qual pousam alguns tocheiros e um crucifixo, situa-se entre o transepto e a nave central.

Claustros - Através da Porta Branca acede-se ao claustro principal, obra da 1ª metade do século XIV, com arcos ogivantes assentes em elegantes colunas geminadas sobre uma base comum. Os capitéis ostentam uma decoração variada, com motivos vegetais, figuras antropomórficas e de animais, por vezes extravagantes e fabulosas. Neste espaço merece ainda referência o túmulo de Martim Aires (Séc. XV), primeiro abade comendatário do Mosteiro.

Mapa dos Coutos e Honras. Santo Tirso - 1832



SANTO TIRSO, DEMOGRAFIA E ECONOMIA

Não existem dados demográficos muito precisos referentes a Santo Tirso no século XIX sabendo-se, contudo, que, em 1834, data da criação do concelho, eram mais de 1.000 os habitantes dos lugares e aldeias à volta do Mosteiro.

Segundo dados oficiais, em 1900, a Vila de Santo Tirso tinha cerca de 3.500 habitantes, dos 28.000 residentes do concelho.

O aumento populacional verificado tinha como causa principal a forte implantação da indústria têxtil algodeira no concelho.

Em 1940, Santo Tirso registava mais de 6.500 habitantes, dos cerca de 51.500 do concelho, e, dez anos depois, a Vila tinha cerca de 8.000 habitantes, num horizonte de 63.481 existentes nas 32 freguesias, o que, em relação aos dados de 1890, representa um aumento superior a 100%.

A população em 1970 era de 10.319 habitantes, quatro anos antes de ser elevada à categoria de cidade, 11.697 habitantes.

Para um conhecimento mais aprofundado da demografia, importa, obviamente, conhecer as taxas de natalidade e de mortalidade, bem como o saldo demográfico que permita comparar dados estatísticos. Para esse efeito, no período compreendido entre as duas guerras mundiais, os demógrafos estudavam o estado sanitário da população, através da morbilidade - número de dias de trabalho perdidos por doença e suas causas -, registando Santo Tirso a taxa mais baixa do distrito do Porto, depois de Paços de Ferreira.

A partir da 1ª Guerra Mundial a maior parte da população dedicava-se à actividade industrial em detrimento da agricultura, conhecendo-se um forte incremento na percentagem da mortalidade por acidentes de trabalho.

Contudo, a esperança média de vida aumentava acima dos 50 anos enquanto a taxa da natalidade evoluía sobretudo no meio rural.

No concelho foram implantadas as duas maiores fábricas de fição e tecidos de algodão do país: a Fábrica do Rio Vizela, inicialmente em Negrelos e depois em Vila das Aves, e a Construções Industriais Portuguesas e Têxtil Portuguesa, mais conhecida por Fábrica Abel Alves de Figueiredo, em Santa Cristina do Couto. Na Vila destacavam-se a Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso (1896) e a Arcotêxteis (1923), também responsáveis pelo aumento populacional então registado.

Por pressão da indústria chegou o Caminho de Ferro. Decorria o ano de 1874 quando se concluiu a ligação entre Bougado e Santo Tirso e só dez anos depois, o comboio chega a Guimarães, que, por sua vez, em 1907, se liga a Fafe.

Entre pequenas, médias e grandes indústrias, existiam em meados do século XX no concelho de Santo Tirso, 140 empresas de fição e tecidos de algodão e algumas de seda, encontrando-se em laboração 168.523 fusos e 5.655 teares. Além da indústria têxtil desenvolveram-se outros setores produtivos como a serralharia, a fundição e a construção de máquinas industriais e agrícolas.



Automotora a diesel sobre a Ponte do Rio Ave, no lugar de Cense (Aves - Santo Tirso), 1968.

Pode considerar-se que o processo de transformação da economia e da sociedade no Vale do Ave teve o seu início em 1845 com a fundação da Fábrica de Fiação do Rio Vizela, em Negrelos. Desde então, até finais do século XIX, o processo irradiou e multiplicou-se por toda a bacia do Ave, com repercussões significativas na demografia e na economia.

SANTO TIRSO EM 1900

A freguesia de Santo Tirso, compreendendo a Vila e os lugares adjacentes, tinha no ano de 1900, segundo o recenseamento geral da população, 838 casas com 1.658 habitantes do sexo feminino e 1.925 do sexo masculino.

ATIVIDADE INDUSTRIAL, DADOS MAIS RECENTES

Em 1981, a indústria transformadora absorvia 75% da população residente ativa, enquanto o setor terciário gerava 20% do emprego. Todavia, em 1960, o cenário era já semelhante, ou seja, o emprego na indústria extrativa e transformadora passou de 68% para 67,5% entre 1960 e 1981, enquanto o setor da construção e obras públicas passou de 11,3% para 12% no mesmo período.



Fábrica do Arco, Santo Tirso, 1930.



Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso.

SANTO TIRSO, FORMAÇÃO DO CONCELHO E DA VILA

O Decreto n.º 23 de 16 de Maio de 1832 determinou a divisão dos Reinos de Portugal, dos Algarves e Ilhas adjacentes em províncias, comarcas e concelhos. A eleição das câmaras ou dos vereadores, era realizada de forma indireta, por voto de 2 eleitores delegados das juntas paroquiais que para este fim se reuniam na Casa do Concelho sob a presidência do provedor.

A génese e a história do concelho de Santo Tirso encontra-se umbilicalmente ligada ao Mosteiro de São Bento. Com a extinção das ordens religiosas assiste-se à tomada de posse de uma Comissão Municipal Interina em 11 de Maio de 1834.

Em 6 de Outubro desse mesmo ano, decorreu a tomada de posse da primeira Câmara eleita, composta por: Bernardino Luís de Andrade - Presidente; Manuel Monteiro de Andrade - Procurador; Francisco de Abreu Monteiro - Vereador; Gabriel José Varela - Vereador; e, João Martins - Vereador. No entanto, por divergências de ordem política, o Procurador e os Vereadores abstiveram-se não assinando os respectivos autos, motivando uma nova eleição.

O novo acto de posse realizou-se no último dia do ano, ficando a Câmara Municipal de Santo Tirso composta por Bernardino Luís de Andrade - Presidente; Francisco de Abreu Monteiro - Procurador Fiscal; José António Pinto Guimarães - Vereador; Custódio Gomes da Costa - Vereador; Manuel José Monteiro da Rola - Vereador.

O Decreto de 21 de Março de 1835 criou o Julgado de Santo Tirso, composto pelos concelhos de Roriz, Negrelos, Rebordões, Santo Tirso, Refojos e por 13 freguesias desanexadas do concelho da Maia: Alfena, Alvarelos, Avioso (S. Martinho e S. Pedro), Bougado (S. Martinho e S. Tiago), Coronado (S. Mamede e S. Romão), Covelas, Folgosa, Guidões, Muro e S. Pedro de Fins.

Aos 2.969 fogos acrescentavam-se mais 4.671, resultando desta medida novas possibilidades de desenvolvimento para o concelho cujo alargamento territorial se incrementa em 1836. O Decreto de 6 de Novembro desse ano, que antecedeu o Código Administrativo de 31 de Dezembro, havia procedido à reforma político-administrativa da Nação, suprimindo 497 concelhos dos 816 então existentes. Santo Tirso recebeu o concelho de Refojos de Riba D'Ave com as freguesias de Agrela, Água Longa, Reguenga, Lamelas, Guimarei, Carreira e Santa Cristina do Couto, e, pela extinção do concelho de Landim, transitaram as freguesias de Palmeira, Areias, Lama e Sequeirô.

Em 1853 com a integração do concelho de S. Tomé de Negrelos (que incluía os outros entretanto extintos), e em 1879, com a anexação de S. Miguel das Aves, estabeleceu-se a configuração do concelho até 1998, data da criação do concelho da Trofa a que passaram a pertencer as freguesias de S. Martinho de Bougado, Santiago de Bougado, Muro, Guidões, Covelas, Alvarelos, S. Mamede do Coronado e S. Romão do Coronado, desanexadas do concelho de Santo Tirso.



Igreja Matriz de Santo Tirso (1898), desenho do pintor tirsense Tomás Pelayo, numa reprodução de meados do século XX

Por Carta Régia de D. Luís, de 13 de Dezembro de 1863 Santo Tirso é elevada à categoria de Vila.

Em frente do Mosteiro, para Sudoeste, existiam pequenos aglomerados, lugares, como Cidenai (Cidenai), Picoto, Tapado, Alagoa (Lagoa), Vilalva, Fiães, Gião, Guermil (Argemil), Várzea, Alcaide, Cabroeira (Carvoeira), Boieiro, Real e Olival. A entrada do Mosteiro, não do edifício mas da cerca, ficava aproximadamente a meio da actual rua de Conde S. Bento, junto do extremo norte da aldeia de Cidenai. Desta aldeia para sul, e até ao lugar do Olival (onde actualmente se situa a Praça 25 de Abril), existia outra aldeia denominada de "Rua", com um significativo número de casas. Corresponde na actualidade à rua Sousa Trêpa. Os dois lugares, assim confinantes, Cidenai e Rua, que com o tempo se fundiram, foram sem qualquer dúvida o embrião da vila moderna. O povo manteve durante anos a designação, não de Vila, mas de Rua; Guimarães era a Vila e Famalicão a Vila Nova.

No início da centuria de oitocentos na antiga "Rua", uma vez por outra, abriam-se as portas e acendiam-se os lampiões do elegante teatro instalado no Mosteiro com lotação para 300 pessoas.

No advento da revolução industrial no Vale do Ave, na praça pública conversava-se sobre a necessidade do governo ajudar a Câmara na construção de uma nova ponte sobre o rio Ave, substituindo a Ponte de Pau que, acidentalmente, desabou em 1877.

Na Vila, o Comendador José Manuel Ribeiro, o "brasileiro" abria nesse ano o primeiro lar de caridade.

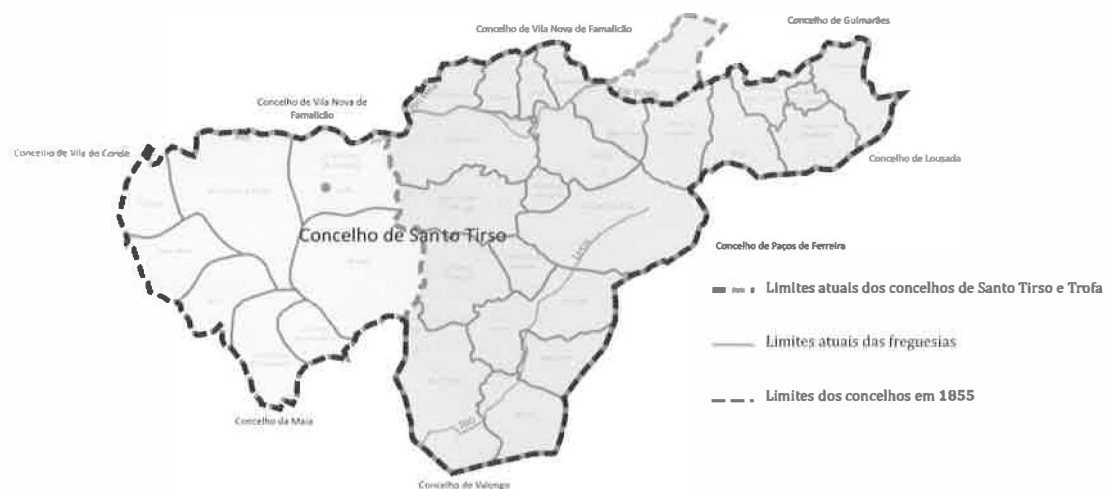
A Vila foi evoluindo até ao advento da República. A diversidade de serviços e equipamentos surgidos nos anos seguintes conferiram-lhe uma importante relevância no contexto nacional.

As comemorações do centenário de elevação de Santo Tirso a Vila decorreram durante quase todo o ano de 1963, com um vasto programa orientado pela Comissão Organizadora e patrocinado pela Câmara Municipal de Santo Tirso sob a presidência do Dr. Délio Santarém, que contou também com o contributo de muitas empresas tirsenses. Durante as festas, não foram esquecidas as personalidades ilustres de Santo Tirso dos últimos 100 anos.

Em 8 de Julho de 1985, Santo Tirso foi elevada à categoria de Cidade.

A EVOLUÇÃO DO CONCELHO DE SANTO TIRSO





ORGÃOS AUTÁRQUICOS, GÉNESE E EVOLUÇÃO

Em termos de administração autárquica, a génese dos cargos e respetivas competências definiram-se, oficialmente, no Código Administrativo de 1842 e, posteriormente, pelas alterações introduzidas pelo Decreto de 1878.

1842. O país ficou dividido em Distritos, Concelhos e Freguesias, tendo Lisboa e Porto uma subdivisão por Bairros, identificando-se a figura do Administrador do Bairro. Os Distritos eram administrados pelo Governador Civil, eleito pelo Povo, funcionando junto deste órgão, a Junta Geral do Distrito. Os Concelhos, por sua vez, eram geridos pelo Administrador, escolhido por Decreto Régio, que supervisionava a ação da Câmara Municipal, eleita pela Assembleia dos eleitores municipais.

O Presidente da Câmara era o Vereador mais votado. Os concelhos com mais de 3 mil fogos, tinham de eleger 5 vereadores, mais tarde, 7. A figura mais relevante da Câmara Municipal, a seguir ao Presidente, é o Procurador Fiscal, eleito entre os Vereadores. Junto da Câmara Municipal funcionava também o Conselho Municipal, com número de vogais igual à dos Vereadores.

O Administrador do Concelho, fiscalizava toda a ação da Câmara Municipal, assistia às reuniões da Câmara e tinha voto consultivo.

Nas ausências do Presidente tomava o seu lugar o segundo Vereador mais votado.

A Câmara Municipal só poderia ser dissolvida por Decreto Régio.

Só podiam ser eleitos os cidadãos no gozo dos seus direitos civis e políticos que pagassem anualmente uma contribuição superior a 1.000 réis, os funcionários do estado e os pensionistas com pensão anual superior a 100 mil réis.

Só podiam votar os maiores de 25 anos, com exceção dos casados, Oficiais do Exército ou da Armada, Bacharéis e Clérigos.

A eleição teria de ocorrer em Novembro, em dia designado pelo Conselho do Distrito. A Câmara entretanto eleita entraria em funções no dia 2 de Janeiro do ano seguinte à eleição e por um período de 2 anos.

O Presidente e Vereadores exerciam gratuitamente as suas funções e cabia à Câmara Municipal pagar a remuneração devida ao Administrador.

A execução das deliberações da Câmara Municipal competiam apenas ao Presidente.

As Juntas Gerais de Distritos, eram presididas pelos Procuradores, eleitos pelas Câmaras e Conselhos Municipais. A Junta Geral tinha ainda Vice-presidente, Secretário e Vice-Secretário para além do Presidente.

1878. Com o Decreto de 1878 mantêm-se todos os cargos administrativos, passando os mandatos para 4 anos. Foi instituído o sistema de rotatividade entre os Vogais.

As Câmaras Municipais passam para 7 Vereadores. Ao Administrador do Concelho é exigido, pela primeira vez, um Curso Superior.

Forma-se o Conselho do Distrito, composto pelo Governador Civil que preside ao órgão, e 4 Vogais nomeados pelo Governo sob proposta da Junta Geral, sendo pelo menos 2 Bacharéis de Direito.

1897. A partir de 1897 surgem as Juntas da Paróquia compostas por 3 membros, em freguesias de população não superior a 1.000 habitantes, e 5 Vogais em Freguesias com maior número de habitantes, eleitos pelo Povo.

Após o 25 de Abril de 1974, as Câmaras Municipais adquirem um efetivo protagonismo na gestão autárquica.

Graças à ação dos novos autarcas, as câmaras mobilizaram as populações, reuniram meios e resolveram problemas que se arrastavam há décadas. A sua força foi crescendo à medida que o Estado foi transferindo competências da administração central.

Foram criados diversos instrumentos de apoio a esta verdadeira transformação da gestão do território: A Lei das Autarquias (L.79/77), Lei das Finanças Locais (L.1/79), Regime de delimitação e coordenação das áreas de actuação da Administração Central e Local (L.77/84), Modelo de Administração (D.C. 116/84), Planos Directores Municipais (d.L.208/82), etc.

Durante largos anos as autarquias desenvolveram uma imagem muito positiva, apesar de se lhes reconhecer uma enorme escassez de quadros e competência técnica em áreas específicas.

A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do Município. A sua ação visa o cumprimento da Constituição da República, o acatamento da liberdade democrática, a defesa dos interesses, assim como a promoção do Concelho e o bem estar da sua população, imperativos resultantes do 25 de Abril.



Largo de Cidenai, hoje Praça Coronel Batista Coelho (1898), desenho do pintor Tomás Pelayo, numa reprodução de meados do século XX. Neste local ergueu-se a estátua do Conde S. Bento, inaugurada em 1892 e daqui retirada em 1920.

RELAÇÃO DOS MANDATOS AUTÁRQUICOS

11 Maio 1834 - 06 Outubro 1834	02 Janeiro 1908 - 13 Outubro 1910
06 Outubro 1834 - 06 Outubro 1836	13 Outubro de 1910 - 13 Outubro 1911
06 Outubro 1836 - 28 Fevereiro 1837	03 Outubro 1911 - 30 Agosto 1913
28 Fevereiro 1837 - 29 Maio 1837	30 Agosto 1913 - 02 Janeiro 1914
29 Maio 1837 - 31 Dezembro 1837	02 Janeiro 1914 - 25 Março 1918
31 Dezembro 1837 - 31 Dezembro 1938	25 Março 1918 - 05 Agosto 1918
31 Dezembro 1938 - 14 Julho 1840	05 Agosto 1918 - 27 Janeiro 1919
14 Julho 1840 - 09 Maio 1841	27 Janeiro 1919 - 11 Agosto 1919
09 Maio 1841 - 31 Dezembro 1844	11 Agosto 1919 - 02 Janeiro 1923
31 Dezembro 1844 - 09 Junho 1846	02 Janeiro 1923 - 30 Março 1924
09 Junho 1846 - 09 Setembro 1846	30 Março 1924 - 02 Janeiro 1926
09 Setembro 1846 - 10 Julho 1847	02 Janeiro 1926 - 18 Julho 1926
10 Julho 1847 - 02 Janeiro 1850	18 Julho 1926 - 01 Junho 1927
02 Janeiro 185 - 02 Janeiro 1856	01 Junho 1927 - 21 Maio 1930
02 Janeiro 1856 - 02 Janeiro 1862	21 Maio 1930 - 11 Agosto 1931
02 Janeiro 1862 - 09 Março 1868	11 Agosto 1931 - 02 Janeiro 1942
09 Março 1868 - 02 Janeiro 1874	02 Janeiro 1942 - 11 Novembro 1945
02 Janeiro 1874 - 04 Novembro 1874	11 Novembro 1945 - 23 Setembro 1950
04 Novembro 1874 - 02 Janeiro 1875	23 Setembro 1950 - 21 Janeiro 1951
02 Janeiro 1875 - 03 Janeiro 1876	21 Janeiro 1951 - 14 Maio 1951
03 Janeiro 1876 - 02 Janeiro 1880	14 Maio 1951 - 19 Maio 1959
02 Janeiro 1880 - 02 Janeiro 1882	19 Maio 1959 - 31 Março 1971
02 Janeiro 1882 - 02 Janeiro 1887	31 Março 1971 - 01 Setembro 1970
02 Janeiro 1887 - 02 Janeiro 1893	01 Setembro 1970 - 25 Outubro 1974
02 Janeiro 1893 - 02 Janeiro 1896	26 Outubro 1974 - 15 Maio 1976
02 Janeiro 1896 - 02 Janeiro 1899	15 Maio 1976 - 22 Janeiro 1977
02 Janeiro 1899 - 02 Janeiro 1902	22 Janeiro 1977 - 17 Janeiro 1980
02 Janeiro 1902 - 02 Janeiro 1905	17 Janeiro 1980 - 13 Janeiro 1983
02 Janeiro 1905 - 02 Janeiro 1907	13 Janeiro 1983 - 15 Novembro 1999
02 Janeiro 1907 - 02 Janeiro 1908	15 Novembro 1999 - presente data

RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DE CÂMARA

Manuel Martins de Andrade

Bernardino Luís de Andrade

Francisco José Pinheiro

José António Pinto Guimarães

José Moreira dos Reis

João Bernardo da Silva Carneiro

Joaquim José Pinheiro

Caetano Lopes da Silva

António João de Araújo

Francisco Manuel Fonseca e Castro

Manuel José da Silva

Custódio Joaquim Gonçalves

Custódio Gil dos Reis Carneiro

João Justiniano de Sousa Tropa

António Augusto Soares Rodrigues Ferreira

Joaquim Higino Frutuoso Ferreira

José Joaquim Machado Cunha Faria e Almeida

João Evangelista Faria e Almeida

Bernardino Alves Barbosa Santarém

António Carneiro de Oliveira Pacheco

Manuel Joaquim da Costa Cruz

José Alves Ferreira de Lemos

José Joaquim de Moraes Miranda

Adelino Machado Cunha Faria e Almeida

António Dias de Faria Carneiro

Francisco Cândido Moreira da Silva

Francisco da Fonseca Pinheiro Guimarães

Mário Faria Carneiro Pacheco

João da Cruz Cardoso Santarém

Virgílio Coelho de Andrade

António Maria Lopes

José Francisco da Costa

Luís Simões Tropa

José António Alves Ferreira de Lemos

Miguel Vaz Duarte Bacelar

Manuel da Fonseca Pinheiro Guimarães

Adriano Fernandes de Azevedo

Augusto Maria da Silva Vieira

Luís de Vasconcelos Tropa

Alexandre Lima de Castro Carneiro

Délio Castro Cardoso Santarém

João Augusto Miranda Silva Gonçalves

José Manuel de Castro Neto

Abílio Camões da Costa Carvalho

Asufl Dinis Linhares Carneiro

Armando Palhares Magalhães

Joaquim Barbosa Ferreira Couto

António Alberto de Castro Fernandes

A primeira ata da Câmara Municipal de Santo Tirso data de **11 de Maio de 1834**, como «*Auto de Juramento*», que dá posse à **Comissão Municipal Interina** do novo concelho de Santo Tirso.

Estiveram presentes, para além do Secretário, Ricardo António de Sousa, de Santo Tirso, o Provedor Delegado do 3.º Distrito do Concelho do Porto, Bacharel Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva.

O juramento, mão direita sobre o Santo Evangelho, realizava-se sob a Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa (de 1822) obedecendo, assim, ao Governo estabelecido em Lisboa, em nome de Sua Majestade a Rainha D. Maria II.

Quatro dias depois, realizou-se a primeira reunião de trabalho dos nomeados na «*Caza e Foral de Audiências*» que funcionava na antiga hospedaria do Mosteiro de São Bento, hoje Museu Municipal Abade Pedrosa.

A Constituição de 1822 é o mais antigo texto constitucional português e, tecnicamente, um dos mais bem elaborados. Se bem que não tenha dado origem a uma prática constitucional, exercerá uma profunda influência nas instituições e no direito político em Portugal - **a organização jurídica da democracia**.



Manuel Martins de Andrade
Lugar de Curros
S. Miguel do Couto
N - 1775
F - 1857
Comissário da Polícia

Presidente da Comissão Interina:
Manuel Martins de Andrade
11 de Maio de 1834
05 de Outubro de 1834

Procurador Fiscal: Gabriel José Varela.
Provedor: João Martins.
Vereador: Ricardo António de Sousa.

Administrador do Concelho: José António Pinto Guimarães, de Santo Tirso.
Comissário da Polícia: Bernardino Luís de Andrade.
Secretário da Câmara: Francisco José Pinheiro.

25 de Abril de 1835:
Reforma Administrativa - o país foi dividido em 17 distritos administrativos e as ilhas adjacentes em 3. Administrados por governadores civis de nomeação régia, os municípios tinham administradores do concelho, escolhidos pelo Governo com base numa lista feita por eleição direta. As freguesias tinham comissários de paróquia, escolhidos pelos administradores dos concelhos.



A Guarda Municipal foi criada por decreto de 3-7-1834, após a extinção da Guarda Real da Polícia Farda da época.



● Extinção do Couto de Santo Tirso que estivera sob administração jurídica e religiosa dos monges beneditinos durante 737 anos



● Extinção das Ordens Religiosas
O mosteiro encerra definitivamente as suas portas em 30 de Maio.
Pároco de Santo Tirso
Bento José de Sousa Monteiro.

1832

Após a Revolução Liberal de 1820, Portugal vive uma guerra civil desde 1828 até 1834.

1834



Joaquim António de Aguiar referenda o Decreto de 28 de Maio de 1834, ficando conhecido como o *mata frades*.





Bernardino Luís de Andrade
Santo Tirso
N - 07 de Junho de 1796
F - 16 de Janeiro de 1873
Proprietário

Presidente da Câmara Municipal:
Bernardino Luís de Andrade
6 de Outubro de 1834
14 de Janeiro de 1836

Procurador Fiscal: Manuel Martins
de Andrade (substituído por
Francisco José Pinheiro).
Vereadores: Bacharel Francisco de
Abreu Monteiro (viria a ser
substituído em 13 de Novembro do
ano seguinte por Manuel José
Monteiro da Rola, por ter sido
nomeado Juiz Substituto), Gabriel
José Varela, João Monteiro.

A 31 de Dezembro de
1834, Bernardino Luís de
Andrade foi reeleito, bem
como Francisco de Abreu
Monteiro, passando a
Vereadores José António
Pinto Guimarães e
Custódio Gomes Leal.
Subscreveu o respectivo
Auto, Wenceslau Joaquim
Moreira.

Em 20 de Outubro de
1835 foi eleito
**Administrador do
Concelho** Luís António da
Silva Rocha.



Francisco José Pinheiro
Santo Tirso
N - 04 de Outubro de 1785
F - 09 de Junho de 1876
Diretor do Correio de Santo Tirso.

Presidente da Câmara Municipal:
Francisco José Pinheiro *
15 de Janeiro de 1836
27 de Fevereiro de 1837

Procurador Fiscal: José Bento
Correia de Miranda.
Vereadores: Joaquim Bento de
Correia Miranda e Sá, Ricardo
António de Souza (substituído por
Manuel Martins de Andrade em 17
de Fevereiro de 1836), José António
Pinto Guimarães.

* Ordenado Cavaleiro da Ordem de Cristo;
sogro de Bernardino Luís de Andrade.

Bernardino Luís de
Andrade viria a ser
condecorado como
**Cavaleiro da Ordem de
Cristo e Comendador de
Nossa Senhora da
Conceição.**

Casou com D. Rosa
Pinheiro, era filho de
Bento José de Andrade e
de D. Maria Bernarda. Dos
seus avós maternos -
Manuel José Pinheiro e
Genoveva de Sousa
Monteiro, descendem
várias famílias tirsenses.



Mouzinho da
Silveira



Rei D. Fernando visita
Santo Tirso.

Reestruturação dos Concelhos
São anexadas freguesias a Santo Tirso, bem como ao
Concelho de Negrelos - S. Tomé.
São extintos os concelhos de Refojos, Francemil, Roriz
e Rebordões.

1834

Mouzinho da Silveira - A sua intervenção como legislador
do reino lançou as bases da nova sociedade liberal que se
viria a impor no século XIX, designadamente através da
organização administrativa, financeira e judicial do estado
liberal.

1835

No dia 1 de Janeiro começou a
publicar-se o *Diário do Governo*.

A 18 de Julho, o Decreto de reorganização
administrativa reforça o poder central.

1836

9 de Setembro
Revolução que aboliu a Carta Constitucional
de 1826, tendo sido posta novamente em vigor a Carta
de 1822. Este facto originou inúmeras revoluções,
bem como a formação de partidos políticos, dando
início a várias lutas partidárias.

DIÁRIO DO GOVERNO.



José António Pinto Guimarães
Abação, Guimarães
N - 06 de Fevereiro de 1780
F - 08 de Outubro de 1864
Tabelião, foi o 1.º Administrador do Concelho

Presidente da Câmara Municipal:
José António Pinto Guimarães
28 de Fevereiro de 1837
25 de Junho de 1837

Procurador Fiscal: Francisco José Pinheiro.
Vereadores: Bernardino Luís de Andrade, António Joaquim da Silva Guimarães, Manuel José de Sousa Dias.

António Francisco Ferreira Dias, ocupou o lugar de Aferidor, ficando como Administrador do Concelho, Tomás Correia de Miranda e Sá.

A sessão de 21 de Abril de 1837 anulou parcialmente as últimas eleições devido à entrada em vigor do novo Código Administrativo (31 DEZ 1836, Art. 23º), que anexa freguesias ao concelho de Santo Tirso. José Narciso Pereira de Castro e José Bento Correia de Miranda, assumiram o cargo de Vereadores, ficando como Presidente **António Joaquim da Silva Guimarães**, natural de Areias (Casa de Caldelas), Santo Tirso, que teve 4 votos a favor; contra os 2 votos de Francisco José Pinheiro.

Contudo, foi convocada uma nova sessão em 24 de Abril devido às dúvidas do ato eleitoral anterior. Perante ordem do Administrador Geral do Distrito do Porto foi reconduzido na presidência José António Pinto Guimarães, que apelou à substituição dos Vereadores. A Câmara viria a ser dissolvida por Decreto de 29 de Maio de 1937 dando-se nova nomeação em finais de Junho.



José Moreira dos Reis
Guimarei, lugar de Parada
N - 1790
F - 1860
Proprietário

Presidente da Comissão Municipal Interina:
José Moreira dos Reis *
26 de Junho de 1837
31 de Dezembro de 1837

Procurador Fiscal: António Gonçalves da Silva Maia.
Vereadores: Joaquim da Fonseca Cruz, Custódio Pereira de Sampaio, José Rodrigues Pereira, José Bernardo de Andrade (substituído por António João de Araújo).

* Pai de Frei Joaquim Moreira dos Reis, Bispo de Angola e do Congo (1852). Foi também Comandante Interino do Batalhão de Refojos.



Dom Joaquim Moreira dos Reis
(F. J. J. J. J.)

«Mijados» ou Setembristas e «Cachamôrros» ou Cartistas
Apelidado como período mais vergonhoso da política tirsense, em que dois grupos políticos utilizam termos impróprios, e com eles se guerreavam. Foram os precursores, respetivamente, dos Progressistas e dos Regeneradores.



Caricatura da disputa entre D. Pedro e D. Miguel

1837



Passos Manuel



Sá da Bandeira

Nova reforma judiciária em Portugal.
O país vive num clima de aparente acalmia e de estabilidade, com Passos Manuel e Sá da Bandeira no Governo.



João Bernardo da Silva Carneiro
Areias
N - 31 de Julho de 1782
F - 11 de Fevereiro de 1858
Proprietário

Presidente da Câmara Municipal:
João Bernardo da Silva Carneiro *
1 de Janeiro de 1838
31 de Dezembro de 1838

Procurador Fiscal: Francisco José Pinheiro.
Vereadores: Joaquim da Fonseca Cruz, José António Pereira de Sampaio, Bernardino da Silva Capello, Custódio Joaquim Gonçalves, Domingos Luís Ferreira Torres.

* **Capitão das Milícias de Landim entre 1830 e 1834. Foi Juiz de Areias e Lama.**

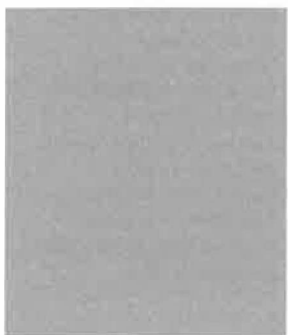
Em sessão realizada em 31 de Janeiro, prestam juramento dois novos Vereadores: José Francisco de Araújo e Manuel da Costa Campos.

Em Maio, nova sessão de juramento do novo Vereador José da Silva Carriça que substitui José Francisco de Araújo, que tinha renunciado ao cargo por motivos de saúde.

Também em 10 de Outubro de 1838, José da Silva Carriça foi retirado do cargo de Vereador sendo substituído por António Gonçalves da Silva Maia.

Com Joaquim José Pinheiro, o **Administrador do Concelho** passou a ser Boaventura Luís da Silva.

Em Sessão de 9 de Setembro de 1839, por falecimento do Secretário da Câmara Luís António da Silva Rocha (em 31 de Agosto) é nomeado João Justiniano de Sousa Tropa, que já vinha a secretariar as reuniões desde 20 de Agosto desse ano.



Joaquim José Pinheiro
Santo Tirso
N - 12 de Março de 1806
F - 10 de Maio de 1853
Tenente da Guarda Nacional

Presidente da Comissão Municipal Interina:
Joaquim José Pinheiro *
1 de Janeiro de 1839
11 de Fevereiro de 1840

Procurador Fiscal: Manuel José de Sousa Dias.
Vereadores: João Rodrigues Campos, António José da Silva, José Moreira dos Reis, Joaquim José de Magalhães, Manuel da Costa Sanches.

* **Filho do Capitão Manuel José Pinheiro e irmão de Francisco José Pinheiro.**

- Constituição Política da Monarquia: Nos Paços do Concelho realiza-se o acto solene de juramento da nova Constituição à Rainha D. Maria II. João Bento Curvelo de Alencar e Sá, 1.º Tenente, era o Comandante Militar de Santo Tirso.

- S. Miguel do Couto volta ao concelho de Santo Tirso, sendo, neste ano, anexada a freguesia de Burgães, que assim deixava S. Tomé de Negrelos.



1838

Associação Eleitoral Pública - Passos Manuel e Vieira de Castro estão contra a amnistia e afastam-se da postura conciliadora de Sá da Bandeira. Os cartistas aceitam jurar a Constituição.



Vieira de Castro

1839

Com o Ministério de Bonfim surge uma nova definição de liberalismo que repelia ao mesmo tempo o radicalismo de Mouzinho e a idolatria da soberania nacional setembrista.



Rainha D. Maria II



Caetano Lopes da Silva
Pisão, Guidões
N - 1786
F - 1859
Proprietário

Presidente da Câmara Municipal:
Caetano Lopes da Silva
12 de Fevereiro de 1840
8 de Maio de 1841

Vereador Fiscal*: José da Silva
Araújo.
Vereadores: João Domingos Costa,
António Monteiro Devesas, Custódio
Joaquim Gonçalves, Manuel da Costa
Sanches.

* A designação «Procurador Fiscal» é substituída por «Vereador Fiscal» e mais tarde acrescenta-se o lugar de «Vice-presidente». A figura de Vereador Fiscal deixará também de existir.

Joaquim José Pinheiro, foi substituído por Caetano Lopes da Silva por impedimento da Lei detetado à posterior (já tinha 1 ano de mandato). Caetano Lopes da Silva foi então eleito por sorteio, em sessão extraordinária de 12 de Fevereiro, segundo os Artigos 27º e 186º do Código Administrativo.



Bernardino Luís de Andrade
Santo Tirso
N - 07 de Junho de 1796
F - 16 de Janeiro de 1873
Proprietário

Presidente da Câmara Municipal:
Bernardino Luís de Andrade
9 de Maio de 1841
1 de Janeiro de 1845

Vereador Fiscal: António Joaquim da
Silva Guimarães.
Vereadores: Caetano Lopes da Silva,
Francisco António Pinheiro, António
João de Araújo.

Em reunião de 5 de Janeiro de 1842, foram substituídos os Vereadores (Caetano Lopes da Silva, Francisco António Pinheiro e António João de Araújo) passando a exercer funções José Moreira dos Reis Júnior, Custódio Joaquim Gonçalves e João da Costa Araújo.

A partir do dia 1 de Janeiro de 1842
Boaventura Luís da Silva é
substituído por José António Pinto
Guimarães no cargo que já tinha
ocupado como Administrador.





António João de Araújo
Santa Cristina do Couto
N - 1798
F - 1867
Proprietário

Presidente da Câmara Municipal:
António João de Araújo
2 de Janeiro de 1845
1 de Junho de 1846

Vereador Fiscal: Manuel José de Sousa Dias.
Vereadores: Manuel Francisco Serrado, José Carneiro de Freitas, Manuel Gonçalves da Silva.

Em 15 de Outubro de 1845, José Carneiro de Freitas passa para Vereador Fiscal entrando para o seu lugar Custódio Joaquim Gonçalves.

Esta Câmara Municipal foi demitida em 2 de Junho de 1846 com a Revolução da Maria da Fonte.

Tomou lugar como Administrador do Concelho, **José Maria de Sousa Rodrigues**, mais tarde substituído por **Custódio Joaquim Gonçalves**.



Francisco Manuel da Fonseca e Castro
Famalicão
N - 11 de Maio de 1811
F - 05 de Outubro de 1889
Juiz Conselheiro

Presidente da Comissão Municipal Interina:
Francisco Manuel da Fonseca e Castro
2 de Junho de 1846
8 de Setembro de 1846

Vereador Fiscal: António Joaquim da Silva Guimarães.
Vereadores: José Maria de Sousa Rodrigues, José Luís de Sousa Monteiro, Manuel José Moreira.

Secretário da Câmara Municipal:
João Maria de Sousa Machado, de Santo Tirso.

A revolta resultou das tensões sociais remanescentes das guerras liberais, exacerbadas pelo grande descontentamento popular gerado pelas novas leis de recrutamento militar, por alterações fiscais e pela proibição de realizar enterros dentro de igrejas. Em reacção à insurreição crescente, por Lei de 20 de Abril de 1846, o governo suspendera as garantias constitucionais.

- É fundada a Fábrica de Fiação do Rio Vizela, em S. Tomé de Negrelos, pioneira da indústria têxtil no Vale do Ave.



- As principais deliberações da Câmara Municipal durante todo este período, reflectem bem a falta de dinheiro com que a mesma se debatia, proporcionando também uma verdadeira anarquia governativa. Contudo, em cima da mesa estavam os projectos da nova estrada Porto-Cuimaraes, que incluía a construção da ponte sobre o rio Ave, em Santo Tirso, denominada de nova «Ponte Pênsil».

1845

Hino à Maria da Fonte:

"Viva a Maria da Fonte
A cavalo e sem cair
Com a corneta na boca
A tocar a reunir

Eia avante, portugueses
Eia avante, não temer
Pela santa liberdade
Triunfar ou perecer!(refrão)

Lá raiou a liberdade
Que a nação há-de aditar
Glória ao Minho, que primeiro
O seu grito fez soar!

Essa mulher lá do Minho
Que da foice fez espada
Há-de ter na lusa história
Uma página dourada!"

1846

Maria da Fonte, Emboscada e Patuleia de novo a guerra civil em Portugal.



A FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DO RIO VIZELA

A emergência da Fábrica Rio Vizela marca o início do processo de industrialização do Vale do Ave. Até à sua constituição, em 1845, a atividade têxtil caracterizava-se pela utilização de técnicas ancestrais de fiação e tecelagem, numa lógica de produção doméstica. A sua instalação na freguesia de São Tomé de Negrelos teve um grande impacto económico e social, dando novos contornos a uma realidade fortemente ruralizada.

A 12 de Setembro de 1845 é criada a "Sociedade de Fiação de Visella" resultado de uma parceria mercantil que pretendia estabelecer uma fiação de algodão. Foi formada por 11 sócios e tinha a sede na cidade do Porto, de onde também eram originários a maioria dos sócios. A construção do edifício, iniciada a 10 de Outubro de 1845, ficou a cargo de Eugénio Cauchoix, que, mais tarde, ascenderia ao cargo de diretor técnico da fábrica e viria a desempenhar um papel importante na construção da fábrica e na montagem da linha de produção.

A sociedade apresentava um capital social de quarenta contos de reis e durante os primeiros anos de laboração foi crescendo, estabelecendo-se a fiação num edifício de quatro andares, projeto esse baseado nos estabelecimentos têxteis ingleses. Em 1947 é elaborado o regulamento interno onde a campanha começa a ganhar destaque como instrumento de regulação do tempo e nas rotinas laborais.

O algodão utilizado na produção têxtil era proveniente dos Estados Unidos da América e do Brasil e a comercialização era feita no Porto e em Lisboa. Contudo, estes primeiros anos pautaram-se por uma forte instabilidade financeira e dificuldade de escoamento da produção devido às elevadas taxas alfandegárias impostas ao algodão. Apesar das contrariedades inerentes ao contexto económico e político, a guerra de 1861/65 nos EUA e o consequente aumento do preço do algodão possibilitaram que a fábrica retirasse lucro do produto armazenado, permitindo que as décadas posteriores fossem de modernização e alargamento da unidade fabril até à outra margem do Rio Vizela. Com o aumento das encomendas foram contratados mais trabalhadores e a actividade comercial alargada até às colónias.

O sócio fundador, António José Cabral, destaca-se na administração da empresa, chegando mesmo a ser condecorado pela Rainha D. Maria II, com a comenda da ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo aquando da sua deslocação a Santo Tirso em 1852. Após a sua morte, Diogo José Cabral, seu filho, ocupa esse cargo na direcção. O seu papel no crescimento da fábrica ficou reconhecido, em 1900, pelo Rei D. Carlos. Aos Cabrais foi atribuído o título de "Conde de Vizela" devido à localização da fábrica, uma vez que a família é de origem beirã.

Embora em 1895 já tivesse instalado uma turbina para o aproveitamento de energia eléctrica, adquiriu grande importância a construção da Central Hidroeléctrica de Caniços, em 1908, pelo forte incremento da potência energética, originando um aumento significativo na produção. É nesse ano que D. Manuel II visita a fábrica de Negrelos, onde lhe é oferecido um elegante almoço.

A 30 de Maio de 1914 a fábrica transforma-se numa sociedade por quotas, com a denominação de "Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, Lda".

No início da década de 50, já empregava 3000 operários, trabalhava com 31624 fusos e 1200 teares. Em 1953, nascia a Sociedade de Fiação e Tecelagem do Rio Vizela, com o II Conde de Vizela a manter-se no topo do conselho de administração até 1968. Após o seu falecimento esse cargo fica à disposição dos seus herdeiros.

Narciso Machado Guimarães, em 1973, adquiriu a fábrica, à sociedade cessante. Após o seu afastamento, cedeu o lugar aos seus descendentes directos - família Machado Guimarães.





Manuel José da Silva
Lama
N - 1803
F - 1869
Proprietário

Presidente da Câmara Municipal:
Manuel José da Silva
9 de Setembro de 1846
10 de Julho de 1847

Vereador Fiscal: José Maria de Sousa Rodrigues.
Vereadores: António José de Campos Araújo e Costa, José da Costa Gorgulho Telhado, Luís Pinto de Meireles.

Administrador do Concelho: Joaquim José da Costa Novais.

Esta Câmara Municipal foi dissolvida por novo golpe revolucionário em 9 de Julho de 1847 (Patuleia).



António João de Araújo
Santa Cristina do Couto
N - 1798
F - 1867
Proprietário

Presidente da Comissão Municipal Interina:
António João de Araújo
11 de Julho de 1847
26 de Outubro de 1847

Vereador Fiscal: Custódio Joaquim Gonçalves.
Vereadores: José Moreira dos Reis Júnior, Bernardino José da Silva Capello, José da Silva Araújo.

Administrador do Concelho: José António Pinto Guimarães.



Depois da instalação da primeira fábrica têxtil no concelho, anos mais tarde viria a ser formado o corpo de bombeiros da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela (Negrelos).



Impressionante número de operários na cantina da Fábrica do Rio Vizela (Negrelos).

- O Duque de Saldanha pernoita com o seu exército em Santo Tirso. O Duque, nomeado pela Rainha, ficou no Governo de Costa Cabral até 1849.



- Em obediência à Portaria do Ministério do Reino de 11/1847, foi criado o Livro dos Anais. O primeiro registo contém a descrição da Visita da Rainha D. Maria II a Santo Tirso, em Maio de 1852, e o último, a visita do Presidente António Tomás, em Outubro de 1970.



1847

Sucedem-se as remodelações no Governo e na Câmara dos Deputados.

António de Azevedo Melo e Carvalho notabilizou-se pela emissão da Portaria de 8 de Novembro de 1847, que determinou que em todos os concelhos as respectivas Câmaras Municipais elaborassem um livro especial, denominado "Anais do Município", no qual registariam os acontecimentos e factos mais importantes que ocorressem.





Custódio Joaquim Gonçalves
Alvarelhos
N - 1790
F - 14 de Março de 1874
Proprietário

Presidente da Câmara Municipal:
Custódio Joaquim Gonçalves
27 de Outubro de 1847
1 de Janeiro de 1850

Vereador Fiscal: José Moreira dos
Reis Júnior
Vereadores: Bernardino Luís de
Andrade, José Pereira de Magalhães
e José António Pinto Guimarães.

Administrador do Concelho:
Bernardino Cândido Barbosa de
Almeida.



Bernardino Luís de Andrade
Santo Tirso
N - 07 de Junho de 1796
F - 16 de Janeiro de 1873
Proprietário

Presidente da Câmara Municipal:
Bernardino Luís de Andrade
2 de Janeiro de 1850
1 de Janeiro de 1856

Voltou à presidência da Câmara
Municipal para 3 novos mandatos,
entre 1850 e 1856, interrompidos
em Fevereiro de 1852 mas reeleito
logo em Março, pelos «*Chefes de
Família*».

Bernardino Luís de
Andrade cumpriu três
mandatos (1850-52,
1852-54, 1854-56):

(1.º mandato)
Vereador Fiscal:
Boaventura Luís da Silva
Vereadores: José Pereira
de Sampaio, António João
de Araújo, Francisco
António Pinheiro.

(2.º mandato)
Vereador Fiscal: António
Joaquim da Silva
Guimarães
Vereadores: António José
de Campos Araújo Costa,
José António Pereira de
Sampaio, Gaspar Joaquim
de Sá Araújo, José Pereira
de Magalhães e António de
Sousa Assunção.

(3.º mandato)
Vice-Presidente: Gaspar
Joaquim de Sá Araújo
Vereadores: António
Joaquim da Silva
Guimarães, António José
de Campos Araújo Costa,
José António Pereira de
Sampaio, José Pereira de
Magalhães e António de
Sousa Assunção.



O Porto em
1850

- Após as revoluções, na década de 1850, Progressistas e Regeneradores lutam pela posse da Câmara Municipal. Vencem os Regeneradores. As eleições realizavam-se na Igreja Matriz. O Comendador José Pinto Soares foi eleito Procurador à Junta Geral do Distrito do Porto. Era proprietário das quintas do Mosteiro de S. Bento.

- É extinto o concelho de Negrelos - S. Tomé, passando para Santo Tirso todas as suas freguesias, à excepção de Penamaior que passa para Paços de Ferreira.

1848

1850

1853

1855

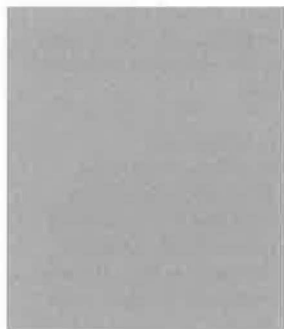
Em 1949 fora assinada a Concordata (21 de Outubro) que cria um Tribunal de Nunciatura e uma Bula de Santa Cruzada. No ano seguinte seria criado o Banco de Portugal.

Com a Regeneração, encerrado o período de sangrentas lutas caseiras, entra em cena o liberalismo centrista, herdeiro conservador de um romantismo que fora revolucionário.



Morte de D. Maria II, aos 34 anos de idade (15 de Novembro de 1853). Começa a regência de D. Fernando que é ratificada pelas Cortes (19 de Dezembro).

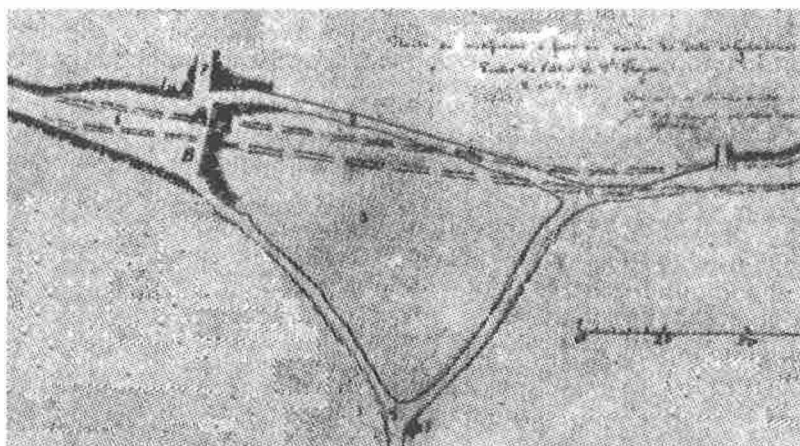
Alexandre Herculano assume um programa municipalista e descentralizador. É eleito Presidente da Câmara de Belém, não aceitando ser nomeado pelo governo como membro da comissão de reforma do teatro.



Custódio Gil dos Reis Carneiro
Refojos
N - 14 de Agosto de 1820
F - 22 de Abril de 1898
Proprietário

Presidente da Câmara Municipal:
Custódio Gil dos Reis Carneiro
2 de Janeiro de 1856
1 de Janeiro de 1862

Com a eleição de Custódio Gil Carneiro, o novo Administrador do Concelho passou a ser Manuel Fernandes dos Santos, de Santo Tirso, que, mais tarde, viria a ser substituído por José Maria de Sousa Rodrigues, natural de Lamelas, Conservador do Registo Predial.



Em 1861, José B. M. Mouzinho de Albuquerque, traçou a estrada de Guimarães pelo interior da Vila de Santo Tirso. Na direita o Picoto, hoje Praça Camilo Castelo Branco e ao centro Campo do Santarém, atual Praça Conde de S. Bento.

Custódio Gil cumpriu 3 mandatos de 2 anos cada (1856, 1858 e 1860):

1856 - Vice-Presidente: José Bento Correia de Miranda.

Vereador Fiscal: Gaspar Joaquim de Sá Araújo.

Vereadores: Joaquim da Silva Carneiro, José Gonçalves da Cruz e Manuel Neto Júnior.

1858 - Vice-Presidente: Aires Abreu Ferreira Machado.

Vereador Fiscal: João Bernardo da Silva Carneiro.

Vereadores: José Bento Correia de Miranda, José António Pereira de Sampaio, Gaspar Joaquim de Sá Araújo, João Evangelista da Cunha Faria e Almeida.

1860 - Vice-Presidente: Joaquim Moreira de Andrade.

Vereador Fiscal: António José de Sousa Azevedo.

Vereadores: Joaquim da Silva Carneiro, Aurélio César de Aguiar Pimenta Carneiro, António Barbosa Coelho, Francisco António Pinheiro.

- Período considerado como o de maior desenvolvimento urbanístico em Santo Tirso por mérito de novas figuras tirsenses que iam surgindo quer na Câmara Municipal, quer no Conselho Municipal.

- É fundado em Santo Tirso o Partido Regenerador.



Revelação de carta notarial
Arnaldo Gomes, Aves 1859

1856

Bancos, telégrafo, escravos e caminhos-de-ferro: Carta de lei autoriza a criação do Banco Mercantil. Até então, apenas estavam em actividade o Banco de Portugal, em Lisboa, e o Banco Comercial do Porto (16 de Junho). Começa a funcionar uma linha telegráfica entre Lisboa e o Porto (18 de Julho). Liberdade para os filhos dos escravos nascidos no ultramar, depois de atingirem os 20 anos (24 de Julho). Tem lugar a inauguração solene do caminho-de-ferro entre Lisboa (Santa Apolónia) e o Carregado, com o cardeal-patriarca de Lisboa a abençoar as carruagens (28 de Outubro).

1859

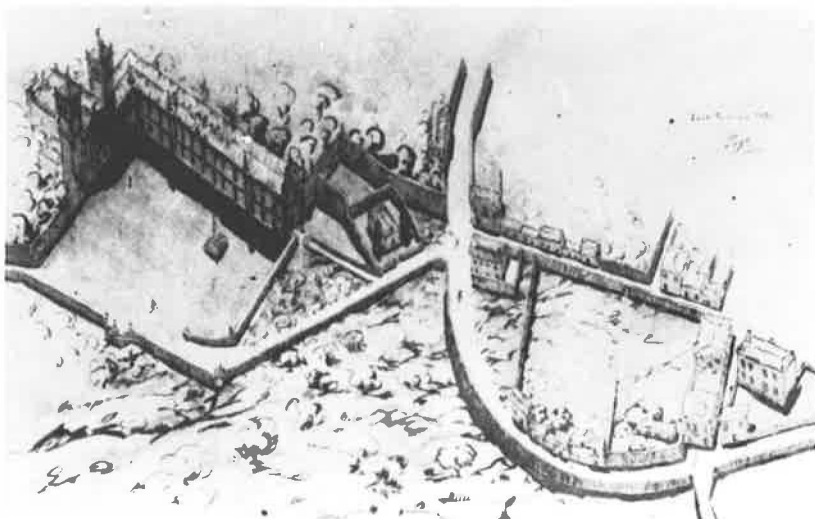
Nová lei eleitoral - Dissolução da Câmara dos Deputados (23 de Novembro). No mesmo dia, nova lei eleitoral. Emitida por uma Câmara de Deputados de maioria histórica, já com um novo governo regenerador em funções, tendo a inspiração de José Estêvão e de Oliveira Marreca. Estabelecidos círculos uninominais e diminuição do censo. Os círculos durariam até 1884, quando se institui um sistema misto, acentuando-se progressivamente o plurinominal em 1895 e 1899.



João Justiniano de Sousa Trepça
Santo Tirso
N - 04 de Dezembro de 1816
F - 04 de Novembro de 1875
Secretário da Câmara Municipal

Presidente da Câmara Municipal:
João Justiniano de Sousa Trepça
2 de Janeiro de 1862
8 de Março de 1868

Com a eleição de João Trepça, o Administrador do Concelho continuou a ser José Maria de Sousa Rodrigues. O seu sucessor, Domingos Carneiro de Oliveira, da freguesia de Agrela, seria igualmente demitido por Ofício do Governo Civil do Porto, dando lugar a **Martinho da Rocha Guimarães Camões** (desde 16 de Outubro de 1865).



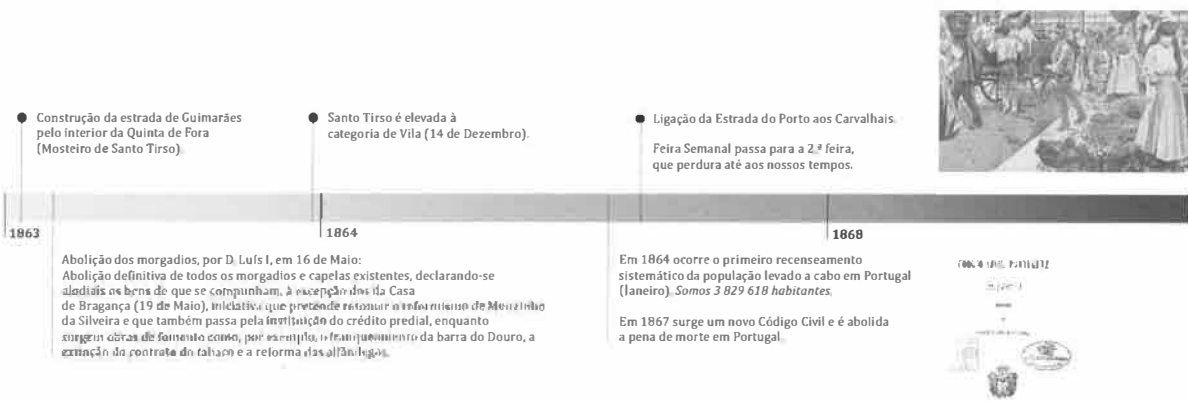
Desenho de Tomás Pelayo, 1952. Santo Tirso em 1880, com pormenor do lugar da Igreja, Rua de S. Bento, Rua Francisco Moreira (Parque D. Maria II), e lugar de Cidenai.

João Trepça cumpriu 3 mandatos de 2 anos cada (1862-64, 1864-66, 1866-68):

(1.º Mandato)
Vice-Presidente: José Bento de Freitas Costa
Vereador Fiscal: António José de Sousa Azevedo
Vereadores: José António Pereira de Sampaio, José Ferreira de Matos, Manuel José Martins de Araújo e José Bento Fernandes.

(2.º Mandato)
Vice-Presidente: Custódio Gil dos Reis Carneiro
Vereador Fiscal: José Joaquim da Silva Guimarães
Vereadores: António José de Campos Araújo e Costa, João Evangelista da Cunha Faria e Almeida, António Joaquim de Sousa Brandão e José de Oliveira Correia.

(3.º Mandato)
Vice-Presidente: Custódio Gil dos Reis Carneiro
Vereador Fiscal: António José de Campos Araújo e Costa
Vereadores: João Evangelista da Cunha Faria e Almeida, Aurélio César de Aguiar Pimenta Carneiro, Joaquim Higino Frutuoso Ferreira, e, António de Sousa Assunção.





António Augusto Soares Rodrigues Ferreira
Penafiel
N - 26 de Janeiro de 1826
F - 23 de Fevereiro de 1908
Médico

Presidente da Câmara Municipal:
António Augusto Soares Rodrigues Ferreira
9 de Março de 1868
1 de Janeiro de 1874

Como Administrador do Concelho foi nomeado, interinamente, António Rodrigues de Paula (genro do ex-presidente Bernardino Luís de Andrade), que já exercia funções desde 1 de Janeiro desse ano. A partir de Novembro, ficou como Administrador efectivo, **Amâncio Rodolfo Pinheiro da Costa Ribeiro**.



João Justiniano de Sousa Tropa
Santo Tirso
N - 04 de Dezembro de 1816
F - 04 de Novembro de 1875
Secretário da Câmara Municipal

Presidente da Câmara Municipal:
João Justiniano de Sousa Tropa
2 de Janeiro de 1874
3 de Novembro de 1874

Dias depois da tomada de posse, João Tropa, por motivos de saúde, entregou a gestão da Câmara Municipal ao Vice-Presidente **José Joaquim Machado da Cunha Faria e Almeida**, que viria a ser Presidente em 1882.

Vereador Fiscal: José Joaquim de Sousa Pereira
Vereadores: Manuel Dias da Silva Gonçalves de Faria, Luís António Moreira da Silva Reis, Manuel Augusto de Sá Costa Reis, João Bernardo de Magalhães.

Rodrigues Ferreira cumpriu 3 mandatos de 2 anos cada (1868-70, 1870-72, 1872-74):

(1.º Mandato)
Vice-Presidente: Domingos Carneiro de Oliveira Júnior
Vereador Fiscal: João Baptista Coelho
Vereadores: José Ferreira da Cunha Guimarães, Luís António Moreira da Silva Reis, Francisco de Moura Coutinho, e Joaquim da Costa e Sá Couto.

(2.º Mandato)
Vice-Presidente: João Baptista Coelho
Vereador Fiscal: António José de Sousa Azevedo
Vereadores: António Fernandes Carneiro, Custódio Gil dos Reis Carneiro, António Domingos de Sousa, e Joaquim da Costa e Sá Couto.

(3.º Mandato)
Vice-Presidente: Domingos Carneiro de Oliveira Júnior
Vereador Fiscal: António José de Sousa Lobo
Vereadores: Joaquim José Ferreira da Cunha Guimarães, Joaquim Higino Frutuoso Ferreira, José Gonçalves da Cruz (faleceu em 13 de Abril de 1871 sendo substituído por Francisco de Moura Coutinho), e José Francisco da Silva Castro.

● Formação da delegação do Partido Progressista em Santo Tirso



● Inicia-se novos arruamentos em Santo Tirso.



1868

Profundas alterações administrativas, nomeadamente na saúde e obras públicas. Extinção do Conselho Geral da Instrução Pública (17 de Outubro). Extinção da repartição de pesos e medidas (30 de Outubro). Reforma do Tribunal de Contas (5 de Novembro) e dos serviços de saúde. Criação da Junta Consultiva da Saúde Pública (3 de Dezembro). Reorganização da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar (29 de Dezembro) e do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria (31 de Dezembro).

1870

Reforma do Ensino - Criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública e emitido um Decreto de 16 de Agosto sobre a Reforma da Instrução Primária.

1874





Joaquim Higinio Frutuoso Ferreira
Rebordões
N - 1822
F - 1894
Proprietário

Presidente Substituto*:
Joaquim Higinio Frutuoso Ferreira
4 de Novembro de 1874
2 de Janeiro de 1876

Vereador Fiscal: José Joaquim de Sousa Pereira
Vereadores: Manuel Dias da Silva Gonçalves de Faria, Luís António Moreira da Silva Reis, Manuel Augusto de Sá Costa Reis, João Bernardo de Magalhães.

* Por Decreto Régio, após detetada a irregularidade de José Joaquim Faria e Almeida ter assumido a presidência, numa substituição considerada demasiado prolongada.



João Evangelista Machado da Cunha Faria e Almeida
S. Martinho do Campo
N - 1829
F - 1901
Proprietário

Presidente da Câmara Municipal:
João Evangelista Machado da Cunha Faria e Almeida
3 de Janeiro de 1876
1 de Janeiro de 1880

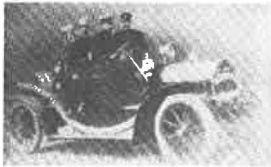
Por alteração do Código Administrativo, o período de duração das Vereações passou para 3 anos.

Nesta sequência, seguiu-se um período de mudanças no executivo camarário. A eleição de 4 de Agosto de 1878 produziu as primeiras alterações, que se mantiveram até 31 de Dezembro de 1879.

João Evangelista Machado da Cunha Faria e Almeida cumpriu 2 mandatos (1876-78, 1878-80):

(1.º mandato)
Vice-Presidente: João Bernardo de Magalhães
Vereador Fiscal: Gaspar Joaquim de Sá Araújo
Vereadores: Manuel Dias da Silva Gonçalves de Faria, Luís António Moreira da Silva Reis, Albino José da Cunha, António Domingos Sousa.

(2.º mandato)
Vice-Presidente: João Bernardo de Magalhães
Vereador Fiscal: Joaquim Correia de Miranda
Vereadores: Manuel José Martins de Araújo, José Joaquim da Silva Carneiro, Luís António Moreira da Silva Reis, António Domingos Sousa.



Novo Quartel, década de 1930

- 1877 - Abertura da Escola e Asilo Agrícola.
1878 - Fundação dos Bombeiros Vermelhos de Santo Tirso.

- A requerimento da população de S. Miguel das Aves, a freguesia é desanexada de Famalicão e passa a pertencer ao concelho de Santo Tirso.

1874

Melhoramentos materiais - Tem início a construção da ponte D. Maria Pia no Porto, pela empresa Eiffel (2 de Janeiro), terminando a obra em Outubro de 1877.

Inaugurada a linha de caminho de ferro Porto-Braga a primeira executada com capitais e engenharia portuguesas (20 de Junho).

1876

Carta de Lei cria a Caixa Geral de Depósitos, administrada pela Junta de Crédito Público (10 de Abril).

Carta de Lei aprova o Código do Processo Civil (8 de Novembro). Nascido de um projecto elaborado por Alexandre Seabra, e revisto por uma comissão onde se destaca Bernardo Serpa.

1879



Caminho de Ferro, Porto - Braga



Bernardino Alves Barbosa Santarém
Santo Tirso
N - 28 de Maio de 1834
F - 11 de Agosto de 1886
Proprietário

Presidente da Câmara Municipal:
Bernardino Alves Barbosa Santarém

2 de Janeiro de 1880

1 de Janeiro de 1882

Vice-Presidente: João Augusto de Sousa

Vereadores: Manuel da Silva Carneiro, Manuel José Martins de Araújo, Luís António Moreira da Silva Reis e Joaquim Correia de Miranda, este, por motivos de ausência no país, foi substituído, apenas 10 dias depois de tomar posse, por Luís da Costa Pimenta de Castro Lima.

Bernardino Santarém foi o fundador e 1.º Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso.



José Joaquim Machado da Cunha Faria e Almeida
S. Martinho do Campo
N - 09 de Março de 1826
F - 20 de Junho de 1910
Proprietário

Presidente da Câmara Municipal:
José Joaquim Machado da Cunha Faria e Almeida

02 de Janeiro de 1882

31 de Dezembro de 1886

(1.º Mandato) 1882-84

Vice-Presidente: Guilherme da Costa Leite

Vereadores: Bernardino Alves Barbosa Santarém, João Augusto de Sousa, Manuel da Silva Carneiro, Luís António Moreira da Silva Reis, Manuel José Martins de Araújo.

José Joaquim Machado da Cunha Faria e Almeida cumpriu um segundo mandato:

(2.º mandato) 1884-86

Vice-Presidente: Joaquim

Maria de Andrade

Vereadores: António Domingos de Sousa, João Bernardo de Magalhães, Manuel José Martins de Araújo, Manuel da Silva Carneiro, e, Luís António Moreira da Silva Reis.

Fundação do Club Thyrsense

- 1881 - Início da construção do Parque Conde S. Bento (D. Maria II)
- 1882 - Compra do Mosteiro pelo Conde S. Bento (27 fevereiro)
- 1882 - Fundação do *Jornal de Santo Tirso*
- 1883 - Inauguração da Ponte Férrea sobre o Ave



Inauguração da Escola Primária Conde de S. Bento.

Inauguração do Cemitério Municipal de Santo Tirso.



1880



1884

Reforma do sistema político - Discutida na Câmara dos Deputados a proposta de reforma da Carta, visando a criação de pares eletivos, cujo relator é Júlio de Vilhena.

Aprovada nova lei eleitoral, com o apoio da oposição progressista. Dissolução em 24 de Maio. Aumento do número de deputados para 169. 79 círculos uninominais no Continente. Abrangida cerca de 70% da população adulta.

Depois de Lisboa, o eléctrico chega ao Porto.

1886

Governo de Fontes acaba por demitir-se, invocando uma polémica entre Guimarães e Braga. Aquela cidade queria ser integrada no distrito do Porto, sendo vivamente defendida pelo deputado João Franco.



António Carneiro de Oliveira Pacheco

Bitarães, Paredes
N - 22 de Fevereiro de 1852
F - 05 de Abril de 1923
Advogado

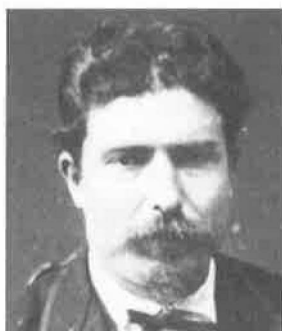
**Presidente da Câmara Municipal:
António Carneiro de Oliveira Pacheco***

2 de Janeiro de 1887
1 de Janeiro de 1890

Vice-Presidente: Bernardino da Costa e Sá

Vereadores: António Joaquim Cardoso de Miranda, Manuel Joaquim da Costa Cruz, António Domingos de Sousa, Joaquim Maria de Andrade.

* Figura ilustre a nível nacional, foi também Deputado Parlamentar.



António Joaquim Cardoso de Miranda

Dinis, Santa Cristina do Couto
N - 21 de Julho de 1842
F - 31 de Agosto de 1902
Proprietário

**Presidente da Câmara Municipal:
António Joaquim Cardoso de Miranda**

2 de Janeiro de 1890
1 de Janeiro de 1893

Vice-Presidente: António Carneiro de Oliveira Pacheco

Vereadores: António Domingos de Sousa, João Ferreira Guimarães, Manuel Joaquim da Costa Cruz, Joaquim Maria de Andrade, António Joaquim de Campos Miranda.

Conde São Bento

Visconde e conde de São Bento. Manuel José Ribeiro, nasceu em Vila das Aves em 2 de Agosto de 1807 e morreu em Santo Tirso em 26 de Março de 1893, filho de Domingos José Ribeiro e de sua mulher D. Rosa Maria Martins. Embarcou para o Brasil com 11 anos de idade, depois de receber a instrução primária na escola da sua terra. Em 1874, numa das suas visitas a Portugal, já com 67 anos, não mais voltou ao Pará, instalando-se definitivamente na vila de Santo Tirso.

Auxiliado pelo seu sobrinho José Luís de Andrade liquida a sua casa comercial no Brasil e transfere para Portugal a grande fortuna que possuía que, em grande medida, aplicou em obras de benemerência por todo o concelho e particularmente em Santo Tirso.



● Em 1890 realizam-se as Grande Festas de S. Bento. Neste ano é criado o Montepio Tirsense.	● Fundado o Hospital da Misericórdia, junto ao Parque D. Maria II. Primeiras explorações das Termas das Caldas da Saúde.		● Inauguração da estátua do Conde S. Bento.
1888 É restaurada a ordem beneditina em Portugal. Realiza-se a primeira experiência de foot ball em Cascais (Outubro). Em Janeiro, o governo apresenta uma proposta para a resolução da questão dos tabacos e para a reforma da Carta Constitucional. Esta última é fortemente contestada, tendo surgido tumultos que resultaram em 16 mortos e 50 feridos, o que levou o governo a recuar.		1892 Reforma eleitoral: José Joaquim Pimenta de Castro volta a propor uma reforma do sistema eleitoral, em Projecto de Lei Aplicável a todas as Nações, que traduz e edita em várias línguas. João Chagas começa a editar no Porto o jornal <i>A República Portuguesa</i>.	



João Evangelista Machado da Cunha Faria e Almeida
S. Martinho do Campo
N - 1829
F - 1901
Proprietário

Presidente da Câmara Municipal:
João Evangelista Machado da Cunha Faria e Almeida
2 de Janeiro de 1893
6 de Janeiro de 1896

Vice-Presidente: Joaquim Correia de Miranda
Vereadores: Manuel Dias da Silva
Gonçalves de Faria, José Joaquim de Sousa Pereira, Manuel de Sousa Maia, Manuel Joaquim da Costa Cruz Júnior.



António Carneiro de Oliveira Pacheco
Bitarães, Paredes
N - 22 de Fevereiro de 1852
F - 05 de Abril de 1923
Advogado

Presidente da Câmara Municipal:
António Carneiro de Oliveira Pacheco
7 de Janeiro de 1896
1 de Janeiro de 1899

Vice-Presidente: Manuel Joaquim da Costa Cruz Júnior
Vereadores: Manuel de Sousa Maia, José Joaquim Cardoso de Miranda, José Joaquim de Sousa Pereira, Joaquim de Araújo Correia de Miranda, António Coelho de Matos Carneiro.

Fábrica do Teles

A Fábrica de Fiação de Tecidos de Santo Tirso nasceu de uma disposição testamentária do Conde de S. Bento, executada pelo seu sobrinho José Luís de Andrade. Este benemérito tirsense deixou um legado destinado à construção, na vila de Santo Tirso, de uma fiação de algodão, a exemplo da Fábrica do Rio Vizela. No contrato estabelecido com a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, datado de 21 de Fevereiro de 1894, identifica-se esta instituição como obrigada a executar a vontade testamentária do Conde. O concurso lançado em 1895 foi ganho pela sociedade “Vavas seur, Hageaves & Costa, em comandita”. A escritura, celebrada no ano seguinte, a 26 de Maio, transferiu para esta sociedade parte dos terrenos da Quinta de Fora do antigo mosteiro beneditino, o capital inicial de 10.000\$000 reis, que seria duplicado pela sociedade.



A FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE SANTO TIRSO

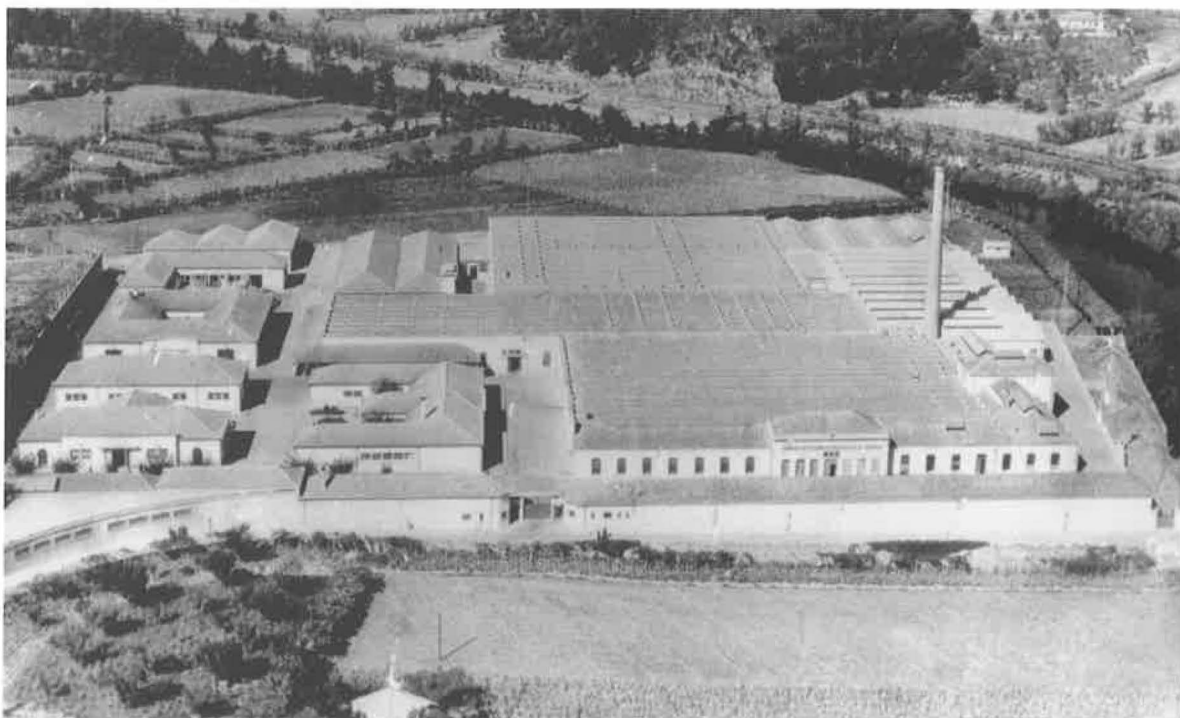
Honoré Vavas seur, Tomás Hargreaves e João Gualberto Costa fundam, em 1896, a empresa, 50 anos depois da instalação da Fábrica de Negrelos, através da aquisição de uma máquina a vapor e de vários equipamentos têxteis. Em 1887 já se encontrava a laborar produzindo panos crus, riscados e fazendas e, em 1899, inicia a produção de zefires. Foi oficialmente inaugurada em 1898, e em 1903 alarga o seu sector de produção para incluir a fiação e, mais tarde, para englobar as operações de acabamentos e tinturaria.

O edifício moderno da fábrica detinha espaços diferenciados, um dedicado à área fabril têxtil e à produção e um outro dedicado à produção hortícola e animal, para o consumo da cantina.

Em 1906 este estabelecimento adopta a denominação de “Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, Lda” e detém já 242.000\$00 reis em capital social. Em 1915, a fábrica torna-se sócia da Associação Industrial Portuense, instituição de forte influência no âmbito da política setorial do têxtil junto do Governo Central.

Ao longo da história da consolidação da empresa destaca-se a memorável visita de D. Manuel II a 25 de Novembro de 1908. A visita pelas instalações foi demorada e atenta, e iria terminar em Negrelos com a visita à Fábrica do Rio Vizela.

No decorrer do século XX a empresa cresceu e em 1919 já empregava perto de 2000 trabalhadores, dando início a uma forte intervenção social nos anos 40, com a construção do bairro operário nos terrenos anexos ao edifício da fábrica. A laboração da fábrica manteve-se até ao ano de 1990.



Vista aérea do complexo fabril.



Portinhor da Fábrica com o bairro operário ao fundo.



Visita da Rei D. Manuel II à Fábrica.



Aspeto do bairro operário.



Manuel Joaquim da Costa Cruz
Lagoa, Santiago do Bougado
N - 18 de Fevereiro de 1864
F - 23 de Julho de 1958
Notário

Presidente da Câmara Municipal:
Manuel Joaquim da Costa Cruz
2 de Janeiro de 1899
1 de Janeiro de 1902

Vice-Presidente: José Rodrigues de Magalhães

Vereadores: José Carlos de Sá Teixeira, P.e Augusto José Coelho, José Maria de Sousa Azevedo Júnior, António Coelho de Matos Carneiro, e, Manuel Neto Marbães, este último a partir de 23 de Março.

Em Junho de 1899, os dois primeiros são substituídos por António Lopes Alvim da Silva e António Joaquim da Silva Fonseca, respectivamente.



José Alves Ferreira de Lemos Júnior
Santo Tirso (natural do Porto)
N - 03 de Julho de 1873
F - 03 de Novembro de 1915
Advogado

Presidente da Câmara Municipal:
José Alves Ferreira de Lemos Júnior

2 de Janeiro de 1902
1 de Janeiro de 1905

Vice-Presidente: P.e Miguel Ribeiro de Miranda

Vereadores: João Gualberto da Costa, Agostinho Moreira da Assunção, António Joaquim da Silva Guimarães, Manuel Pereira da Fonseca Sampaio, Antero Moreira da Silva Reis, Alfredo Mendes de Ribeiro.

O comboio

O projecto de construção de uma linha ferroviária entre S. Martinho do Bougado e Guimarães, a qual serviria simultaneamente o conjunto de concelhos da bacia média do Ave, veio a concretizar-se no último quartel do século XIX.

Os trabalhos para a construção iniciaram-se em 1874. O percurso adoptado seguia através de Lousado pela margem norte do rio Ave, com estações em Santo Tirso, Vila das Aves / Negrelos, Caldas de Vizela e Guimarães.

A construção da linha férrea ficaria entregue à Companhia de Caminhos de Ferro de Guimarães, que concluiu a obra no final de 1883, tendo-se realizado a sua inauguração no dia 31 de Dezembro.

A estação de Vila das Aves / Negrelos veio servir os interesses dos industriais têxteis da região, nomeadamente da importante Fábrica do Rio Vizela.

A ação desta empresa foi capital para a localização de uma estação em Vila das Aves / Negrelos, para a qual concorreu o facto de um dos directores da companhia ser sócio da Fábrica do Rio Vizela. Esta empresa chegaria ainda a construir um cais e armazém junto da linha de caminho-de-ferro para escoamento dos seus produtos.

- 1901 - Inauguração da linha férrea Bougado - Guimarães com passagem e paragem em Santo Tirso.
É também inaugurada a Capela de N.ª S.ª da Assunção.



- Incêndio no Mosteiro de São Bento.
Inauguração da 1.ª iluminação pública em Santo Tirso.

- Expansão da Vila para sul. Ligação do Orgal a Santa Cristina do Couto.



1899

1902

Luz eléctrica em Lisboa: Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade começam a estender a toda a capital a iluminação pública a eletricidade e a fornecê-la a alguns particulares.



1904

Surge a primeira sala pública de cinema em Lisboa e a masonaria portuguesa mobiliza 1 949 irmãos e 85 oficinas. Chegam dramáticos sinais das colónias em África. Assinala-se a instalação da primeira linha telefónica entre Lisboa e o Porto.





António Augusto Soares Rodrigues Ferreira

Penafiel

N - 26 de Janeiro de 1826

F - 23 de Fevereiro de 1908

Médico

Presidente da Câmara Municipal:

António Augusto Soares

Rodrigues Ferreira

2 de Janeiro de 1905

2 de Janeiro de 1908

Vice-Presidente: José Joaquim de
Morais Miranda

Vereadores: António Lopes Alvim da
Silva, José Joaquim de Castro
Carneiro, P.e António Augusto
Gonçalves de Azevedo Júnior, que
mais tarde viria a ser substituído
pelo P.e Augusto José Carvalho.

26 de Dezembro de 1907

– Por Despacho

Governamental deixam de
existir todas as Câmaras
Municipais do país, sendo
substituídas por Comissões
Administrativas nomeadas
pelos Governos Cívicos
(Ditadura de João Franco).



**Francisco da Fonseca Pinheiro
Guimarães**

Santo Tirso

N - 27 de Agosto de 1889

F - 29 de Setembro de 1962

Advogado

Presidente da Comissão Municipal
Interina:

**Francisco da Fonseca Pinheiro
Guimarães**

2 de Janeiro de 1908

1 de Março de 1908

Vice-Presidente: P.e Augusto José
Carvalho

Vereadores: António Lopes Alvim da
Silva, Alfredo Augusto Correia
Guimarães, José António Guimarães,
José António da Silva, Manuel Gil dos
Reis Dias de Carvalho Ferreira,
Inácio Ferreira Guimarães.

Em sessão realizada em 2
de Março de 1908 foi
destituída a Comissão
Administrativa pelo
disposto no Decreto Lei de
15 de Janeiro.

Na presença do novo
Administrador do
Concelho, Joaquim
Machado da Cunha Faria e
Almeida (que substitui o
Dr. Manuel Joaquim da
Costa Cruz) é reposta a
edilidade anteriormente
eleita que, no entanto,
sofreria algumas
alterações.

● Santo Tirso aposta
na sua promoção turística.



● Reativadas as Festas de
São Bento.



1905

Incidentes com republicanos no Rossio. Bernardino Machado renunciara ao lugar
no Peral. Na manifestação de solidariedade, após o discurso de Alfonso Costa,
e de intervenção policial, registam-se largas centenas de feridos.

João Franco visita o Porto no dia 17 de Junho. É vaiado por uma multidão
que grita «Abaixo a Ditadura». A polícia intervém, sendo morto um manifestante.
Regressa a Lisboa no dia 18 e tem uma recepção tumultuária na estação do Rossio,
com apupos e insultos, sendo obrigado a fugir a galope pela Calçada do Carmo.



1907

Fúria oposicionista – Emitido o primeiro
decreto ditatorial (8 de Maio). Dissolvida a
Câmara dos Deputados, sem prévia consulta
ao Conselho de Estado e sem marcação de
data para as eleições (10 de Maio). A
oposição desencadeia uma vaga de ataques a
João Franco e a D. Carlos.



José Joaquim de Moraes Miranda
Santo Tirso
N - 28 de Janeiro de 1874
F - 02 de Dezembro de 1934
Médico

Presidente da Câmara Municipal:
José Joaquim de Moraes Miranda
2 de Março de 1908
29 de Novembro de 1908

Vice-Presidente: P.e Augusto José Coelho
Vereadores: Manuel Maria Frutuoso, José Joaquim de Castro Carneiro, P.e António Augusto Gonçalves de Azevedo Júnior, António Lopes Alvim da Silva, Alfredo Augusto Ferreira Guimarães.



Visita do Rei D. Manuel II à Câmara Municipal de Santo Tirso.



Adelino Machado da Cunha Faria e Almeida
São Martinho do Campo
N - 10 de Dezembro de 1864
F - 21 de Junho de 1911
Proprietário

Presidente da Comissão Municipal Interina:
Adelino Machado da Cunha Faria e Almeida
30 de Novembro de 1908
08 de Outubro de 1910

Vice-Presidente: P.e Miguel Ribeiro de Miranda
Vereadores: Agostinho Moreira de Assunção, Camilo da Costa Campos Padrão, José Alves da Cunha, José Gil dos Reis Carneiro, Luís Gomes da Costa.

Em sessão realizada em 30 de Novembro de 1908, toma posse a Câmara eleita por sufrágio de 1 de Novembro, tendo sido eleito o filho do ex-presidente José Joaquim Machado Almeida.

● Visita do Rei D. Manuel II a Santo Tirso (25 de Novembro).



● Inicia-se a construção do Teatro Eduardo Brásão.



● Constituição da Comissão Republicana Tirsense.

Mosteiro de S. Bento, Igreja de Roriz e Castro do Monte Padrão, são classificados com o estatuto de Monumentos Nacionais.

1908

Regicídio – D. Carlos e D. Luís Filipe são assassinados numa esquina do Terreiro do Paço, depois de desembarcarem no cais das Colunas, vindos de Vila Viçosa. Os executores foram Manuel Buíça e Alfredo Costa. D. Maria Pia acusará João Franco de ser o cozeiro da Monarquia.



1910

Proclamação da República e constituição do governo provisório sob presidência de Teófilo Braga.





António Dias de Faria Carneiro
Bairros - Trofa
N - 1877
F - 1916
Médico

Presidente da Comissão
Administrativa Municipal:
António Dias de Faria Carneiro
09 de Outubro de 1910
12 de Novembro de 1911

Vice-Presidente: António Óscar de
Sousa Carneiro
Vereadores: Francisco Cândido
Moreira da Silva, P.e José Maria da
Costa e Sá, António Gonçalves
Cerejeira Fontes, Joaquim Carneiro
da Costa, António Martins Barreto.

Em sessão realizada em
13 de Novembro de 1911,
o Presidente António Faria
Carneiro abandona o
cargo sendo substituído
por **Francisco Cândido
Moreira da Silva**,
prestando juramento o
Vereador Arnaldo
Machado de Faria.

Em sessão realizada em
17 de Junho de 1912,
toma posse uma nova
Comissão por demissão da
anterior, mantendo-se o
Presidente em exercício.



**Francisco Cândido Moreira da
Silva**
Santo Tirso
N - 03 de Outubro de 1855
F - 01 de Julho de 1940
Proprietário

Presidente da Comissão
Administrativa Municipal:
**Francisco Cândido Moreira da
Silva**
13 de Novembro de 1911
29 de Agosto de 1913

Vice-Presidente: António Augusto
Andrade de Fonseca e Castro
Vereadores: Joaquim José Alves de
Sousa (substituído em 9 de Outubro
por António Joaquim da Silva
Fonseca), Virgílio Coelho de
Andrade, Joaquim Correia Monteiro,
Manuel Gil de Carvalho Ferreira,
Artur Nogueira Gonçalves.



Central Hidroelétrica de S. Miguel do Couto.



Operários da Fábrica
do Rio Vizela, década de 1910



● Abastecimento público de água e luz
a Santo Tirso.

1911

Texto constitucional aprovado, após largo debate,
em 21 de Agosto de 1911, pela Assembleia Nacional
Constituinte, eleita por sufrágio directo, em
consequência da revolução republicana de Outubro
de 1910.



1912

Reformas - Recriado o Ministério da Instrução Pública
São publicados diplomas sobre acidentes de trabalho, onde
se estabelece a responsabilidade da entidade
patronal sobre as idênticas de trabalho nas indústrias fabris
e sobre a organização, funcionamento, atribuições e
competências dos corpos administrativos.



António Dias de Faria Carneiro
Bairros - Trofa
N - 1877
F - 1916
Médico

Presidente da Comissão
Administrativa Municipal:
António Dias de Faria Carneiro
30 de Agosto de 1913
1 de Janeiro de 1914

Vice-Presidente: Mário Faria
Carneiro Pacheco
Vereadores: Virgílio Coelho de
Andrade, Manuel Gil dos Reis
Carvalho Ferreira, Joaquim Correia
Monteiro, António Joaquim da Silva
Fonseca, José Rebelo Barbosa.



Cortejo de Oferendas, Santa Tirso.



**Francisco da Fonseca Pinheiro
Guimarães**
Santo Tirso
N - 27 de Agosto de 1889
F - 29 de Setembro de 1962
Advogado

Presidente da Comissão
Administrativa Municipal:
**Francisco da Fonseca Pinheiro
Guimarães**
2 de Janeiro de 1914
24 de Março de 1918

Vice-Presidente: César Augusto
Correia Guimarães
Vereadores: Luís Simões Trepça, José
Francisco da Costa, Eduardo Oliveira
Branco, Agostinho Moreira
Assunção, Narciso Ferreira Marques.



Regatas no rio Ave, Santo Tirso.

● Provas de Natação e Remo
no rio Ave em Santo Tirso.



● Inicia-se a construção do Hotel das Termas
nas Caldas da Saúde, Areias.



1913

Nova legislação eleitoral, o chamado código eleitoral de Afonso Costa. Instalado o novo regime dá-se uma imediata redução do número de eleitores. Assim, o poder de sufrágio restringe-se aos cidadãos maiores de 21 anos que saibam ler e escrever.

Nas eleições locais de 30 de Novembro os democráticos conseguem 205 das 291 vereações.

1914-18

Portugal participou no primeiro conflito mundial ao lado dos Aliados





Manuel Joaquim da Costa Cruz
Lagoa, Santiago do Bougado
N - 18 de Fevereiro de 1864
F - 23 de Julho de 1958
Notário

Presidente da Comissão
Administrativa Municipal:
Manuel Joaquim da Costa Cruz
25 de Março de 1918
4 de Agosto de 1918

Vice-Presidente: Francisco Coelho de
Andrade
Vereadores: Agostinho Moreira
Assunção, P.e António Augusto
Gonçalves de Azevedo Júnior, Manuel
Gil dos Reis Ferreira, Luís de Sousa
Cruz, Joaquim Machado da Cunha
Faria de Almeida.

A Comissão
Administrativa da Câmara
Municipal voltou a ser
nomeada pelo Governo
Civil do Porto.



Mário Faria Carneiro Pacheco
Santo Tirso
N - 14 de Agosto de 1885
F - 08 de Setembro de 1964
Conservador do Registo Civil

Presidente da Comissão
Administrativa Municipal:
Mário Faria Carneiro Pacheco
5 de Agosto de 1918
26 de Janeiro de 1919

Vice-Presidente: P.e Augusto Gonçalo
da Silva
Vereadores: José Cardoso Santarém,
Manuel Correia de Miranda, António
da Silva Godinho, António Ferreira
da Rocha, Manuel Pereira de Sousa.



Instalações do antigo hospital de Santo Tirso.



Fotografia com Dr. Mário Faria Carneiro Pacheco,
«Jornal de Santo Tirso», 1935, referente ao Curso
de Direção, em Coimbra, 1910.

Dr. Faria Carneiro Pacheco, Dr. Augusto Gonçalo da Silva, Dr. José Cardoso Santarém, Dr. Manuel Correia de Miranda, Dr. António da Silva Godinho, Dr. António Ferreira da Rocha, Dr. Manuel Pereira de Sousa, Dr. José H. Gonçalves de Azevedo Júnior, Dr. Manuel Gil dos Reis Ferreira, Dr. Luís de Sousa Cruz, Dr. Joaquim Machado da Cunha, Dr. Faria de Almeida.

- Hospital de Santo Tirso com novas instalações
(onde hoje se encontra).



1918

O Partido Nacional Republicano é instituído
em 30 de Março, agregando os centristas de
Egas Moniz e os reformistas de Machado Santos.
Passará a Partido Nacional Republicano
Presidencialista, depois da morte de Sidónio Pais e
acabará por se integrar no futuro Partido Nacionalista,
ao lado dos Almeidaistas e dos Camachistas.



Egas Moniz



Bernardino Machado



Sidónio Pais

Fundação da
Companhia
Industrial de
Portugal e
Colónias.





**João da Cruz Cardoso
Santarém**
Santo Tirso
N - 24 de Novembro de 1882
F - 24 de Outubro de 1943
Advogado

Presidente da Comissão
Administrativa Municipal:
João da Cruz Cardoso Santarém
27 de Janeiro de 1919
16 de Fevereiro de 1919

Vice-Presidente: Joaquim Machado
da Cunha Faria e Almeida
Vereadores: Avelino da Costa
Moreira Padrão, Francisco Coelho de
Andrade, P.e Augusto Gonçalo da
Silva, José Cardoso de Miranda, P.e
José António da Silva Azevedo.

Em sessão realizada em
27 de Janeiro de 1919,
toma posse uma nova
Comissão Administrativa
da Câmara Municipal,
resultante da proclamação
da Monarquia do Norte.



**Francisco Cândido Moreira da
Silva**
Santo Tirso
N - 03 de Outubro de 1850
F - 01 de Julho de 1940
Proprietário

Presidente da Comissão
Administrativa Municipal:
**Francisco Cândido Moreira da
Silva**
17 de Janeiro de 1919
10 de Agosto de 1919

Vice-Presidente: Artur Nogueira
Gonçalves
Vereadores: P.e José Maria da Costa e
Sá, António da Costa Ferreira, José
Maria Nogueira do Vale, Alfredo
Augusto Correia Guimarães, António
da Costa Ferreira, António de Abreu
Machado, Joaquim José Alves de
Sousa.



Praia fluvial do rio Ave, em Santo Tirso.

● Praia fluvial em Santo Tirso atrai
muito público litorâneo. O Turismo vive
momentos de grande desenvolvimento.

● Luís Mesquita de Carvalho é eleito
Deputado pelo Círculo de Santo Tirso
(1911-1915).

*Nasceu no Porto em 1868, filho do General
Luís Pinto de Mesquita Carvalho e de
Mafalda Júlia de Lemos Barbosa de Albuquerque.
Publicou as Obras A Família o Casamento (1908) e
Projecto de Lei do divórcio em Portugal (1910).*



1919

Começa a Conferência de Paz de Versalhes,
com Portugal a ser representado
por Egas Moniz (18 de Janeiro).

Paiva Couceiro tenta restaurar a monarquia
no Porto enquanto em Lisboa
se dão manifestações de republicanos.



A GNR, a «guarda pretoriana»
do regime republicano,
aumenta os efectivos para
18 956 homens, tendo
começado em 1911 com
cerca de 5.000 homens.



Virgílio Coelho de Andrade
Santo Tirso
N - 15 de Junho de 1879
F - 21 de Agosto de 1944
Proprietário

Presidente da Comissão
Administrativa da Câmara
Municipal:
Virgílio Coelho de Andrade
11 de Agosto de 1919
1 de Janeiro de 1923

Vice-Presidente: Artur Nogueira
Gonçalves
Vereadores: António da Costa
Ferreira, Manuel de Sousa e Silva,
Luís de Sousa Cruz, António José dos
Reis, Joaquim da Silva Machado
Júnior.

Em 26 de Janeiro de 1920,
verificam-se alterações na
Vereação, entrando Bento
de Azevedo Mendonça,
Sebastião Joaquim da Silva
Machado e Artur Nogueira
Gonçalves, para o lugar
dos três últimos.
Em 27 de Fevereiro de
1922, novas mudanças,
ficando composta pelos
seguintes elementos:
António da Costa Ferreira
(Vice-Presidente), António
José dos Reis, Bento de
Azevedo Mendonça,
Armando Carneiro da
Cunha, Luís de Sousa Cruz,
e, Manuel de Sousa e Silva
(Vereadores).



António Maria Lopes
Braga
N - 1881
F - 1955
Advogado

Presidente da Comissão
Administrativa da Câmara
Municipal:
António Maria Lopes
2 de Janeiro de 1923
21 de Março de 1924

Vice-Presidente: Domingos
Wenceslau Moreira da Silva
(substituído por Baltazar de Sá
Gonçalves em 21 de Maio)
Vereadores: José Francisco da Costa,
António da Costa Ferreira, Joaquim
Correia de Sousa Monteiro, Artur
Nogueira Gonçalves.

Em Março de 1924 uma
profunda crise causada
pela demissão do
Presidente da Câmara e
pelo então Presidente do
Senado (Assembleia
Municipal) José Coelho de
Sousa Trepça, provoca
novas eleições mantendo-
se contudo em exercício a
Vereação.



- Projeta-se a fundação da Liga Desportiva Tirsense para a prática do Futebol.
- Em 1923 abrem os Colégios das Teresianas e de Lurdes

1920
Continua a grave crise financeira;
a CGT promove uma fracassada greve
geral (20 de Janeiro); prosseguem os
atentados terroristas e fala-se na existência de
organizações secretas no Exército.

Conferência da CGT no Teatro Nacional com discurso de
Campos Lima que critica frontalmente as
propostas financeiras de Cunha Leal.

1921
Ao contrário das precedentes eleições
de 1919, há uma significativa mobilização,
provocada pela candidatura de
monárquicos católicos.

1922
Exército retira de Caxias - Cunha Leal
manda retirar as forças do Exército
concentradas no Campo Entricheirado.
Ameaças de golpe de Estado - Conselho
de ministros fala em ameaças de golpe de
Estado.
Novo adiamento do ato eleitoral - Acordo
de Cunhal Leal com os partidos, para novo
adiamento do ato eleitoral, que passa de
8 para 29 de Janeiro.

A ARCOTÊXTEIS EM SANTO TIRSO

Anteriormente conhecida como *Empresa Industrial de Santo Tirso, Lda.*, foi fundada em 1923. Encontra-se implantada na margem direita do Rio Sanguinhedo, junto à Ponte do Arco, da qual herdou a designação. Foi edificada por 29 sócios capitalistas e comerciantes tirsenses e portuenses, com um capital social de 450 contos e dedicava-se à indústria de tecidos e à serração de madeiras. A experiência no ramo das madeiras termina pouco tempo depois do início da actividade começando a dedicar-se exclusivamente à actividade têxtil, alargando a produção ao sector da fiação destinado ao mercado interno e às colónias.

Nos anos 30 a empresa assiste a um forte crescimento dos negócios impulsionados pela Guerra Civil Espanhola que se vai traduzir no alargamento das instalações fabris e no início da produção de fio fioco. Em 1938, João Santos Ferreira introduz o sistema de assistência social (cantina, loja de víveres, padaria, um abrigo para os filhos dos operários, posto médico, creche), dando origem a um edifício construído de raiz situado em frente das instalações da fábrica, acrescentando novos serviços de raio X, ultravioletas entre outros, destinados a complementar a assistência médica aos trabalhadores.

Nos anos 50, a empresa começa a exportar para os EUA, seguindo-se a Inglaterra e os Países da EFTA, e, em 1988, altera a sua designação. Com o passar do tempo, a Arcotêxteis conseguiu alargar o seu mercado e volume de exportação, aumentando o espaço fabril e modernizando a maquinaria e os processos produtivos, tornando-se numa estrutura cada vez mais verticalizada. Mais recentemente, a empresa alargou a área de produção, criou a Central de Coogeração, remodelou a tinturaria e criou um novo espaço dedicado à investigação e inovação. Os seus produtos são reconhecidos pela elevada qualidade, constante inovação e padrões estéticos que procuram ditar e seguir as tendências da moda.



Pintura a óleo de José Cavadas, retratando a fábrica do início da sua laboração.



Inauguração dos Serviços de Assistência



Edifício dos Serviços de Assistência, 1944.



Salão de fiação e preparação de tecelagem, década de 1930.



José Francisco da Costa
Santo Tirso
N - 1880
F - 1960
Funcionário Superior da CGD

Presidente da Comissão
Administrativa da Câmara
Municipal:

José Francisco da Costa
22 de Março de 1924
1 de Janeiro de 1926

Vice-Presidente: Domingos
Wenceslau Moreira da Silva
(substituído por Baltazar de Sá
Gonçalves em 21 de Maio)
Vereadores: António Gonçalves
Cerejeira Fontes, António da Costa
Ferreira, Joaquim Correia de Sousa
Monteiro.

No mês seguinte, a 25 de
Abril, é nomeado
Administrador do
Concelho Artur Nogueira
Gonçalves. No entanto, em
18 de Setembro do mesmo
ano de 1924, este pede a
demissão de Delegado do
Governo, ou
Administrador do
Concelho, e é nomeado
para o seu lugar o Dr. José
Cardoso de Miranda.



Luís Simões Trepa
Santo Tirso
N - 18 de Agosto de 1883
F - 07 de Junho de 1980
Conservador do Registo Predial

Presidente da Comissão
Administrativa da Câmara
Municipal:

Luís Simões Trepa
2 de Janeiro de 1926
17 de Julho de 1926

Vice-Presidente: Adriano Fernandes
de Azevedo
Vereadores: Bernardo Pereira Leitão,
António José dos Reis, José da
Fonseca Cardoso, Joaquim Correia de
Sousa Monteiro.



Largo da Igreja Matriz em 1926



● A Fábrica do Arco começa a
laborar.



● Urbanização dos jardins em frente da Igreja Matriz
de Santo Tirso incluindo construção de
campo de ténis (um luxo para a época).

1924

O lema do ministério é Liberdade, Pão, Instrução. Invocando a justiça social, constitui uma tímida tentativa de um cartel das esquerdas à portuguesa, sem mobilizar socialistas e não tendo sequer a base doutrinária do radicalismo francês.



Mendes Cabeçadas

1925

Revolta de Mendes Cabeçadas, apoiado por Jaime Baptista. Decretado o estado de sítio. A sedição é dominada por forças fiéis ao governo comandadas por Agatão Lança.

1926

Golpe de Estado. Mendes Cabeçadas forma novo governo. Não tendo sido nomeado pelo Presidente da República e não estando o Parlamento reunido, o novo governo não tem sustentação legal e passa a governar em Ditadura, situação que se prolongará até ao 25 de Abril de 1974.



José António Alves Ferreira de Lemos
Refojos - Santo Tirso
N - 24 de Dezembro de 1900
F - 04 de Maio de 1989
Advogado

Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal:
José António Alves Ferreira de Lemos
18 de Julho de 1926
31 de Maio de 1927

Vice-Presidente: Mário Nogueira do Vale (substituído em 3 de Março de 1927 por Mário Faria Carneiro Pacheco, entrando para Vereador, um mês depois, Manuel Ferreira da Silva Fonseca).
Vereadores: Arnaldo Gomes da Silva Osório, Joaquim Eugénio Moreira da Silva, Manuel Eduardo de Sousa.

Em sessão realizada em 25 de Abril de 1928, toma posse como Administrador do Concelho Francisco José Machado Guimarães, de Vila das Aves.

Na falta do Livro de Atas, os jornais de Santo Tirso documentam, em Maio de 1928, as alterações verificadas na Vereação do Presidente Miguel Bacelar com a entrada de João de Moreira Coutinho Almeida de Eça Pimentel e Serafim Gomes de Oliveira, para os lugares de Mário Carneiro Pacheco e de Ferreira de Lemos. No mês seguinte, em 5 de Junho, toma posse como Vereador António Augusto Correia de Abreu (substituindo José António Ferreira de Lemos), todos nomeados por Alvará do Governo Civil do Distrito do Porto.



Miguel Vaz Duarte Bacelar
Lisboa
N - 17 de Janeiro de 1888
F - 26 de Novembro de 1952
Oficial do Exército

Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal:
Miguel Vaz Duarte Bacelar
1 de Junho de 1927
20 de Maio de 1930

Vice-Presidente: Mário Faria Carneiro Pacheco
Vereadores: Luís Simões Trepça, Manuel Ferreira da Silva Fonseca, José António Alves Ferreira de Lemos.



Jaime Cortesão, Governador Civil do Porto.



Presidente da República, Óscar Carmona visita Santo Tirso.
Fundação dos Bombeiros Amarelos

A Vila expande-se para Poente com a abertura da Avenida Sousa Cruz.

1927
É Criada uma polícia especial de informações de carácter secreto junto do Governo Civil de Lisboa pelo Decreto nº 12 972, datado de 16 de Dezembro de 1926.



1929
Reformas - Criada a Junta de Educação Nacional (16 de Janeiro). É emitido o primeiro Código de Processo Penal Português (15 de Fevereiro). Instituída a Intendência Geral do Orçamento (27 de Março). Reforma geral do sistema tributário e do contencioso das contribuições e impostos (13 de Abril).

1930
Acto Colonial - Publicado na imprensa o projecto de Acto Colonial que cria o conceito de Império Colonial Português, abolindo o regime dos altos-comissários.
Criação do Tribunal de Contas, em substituição do Conselho Superior de Finanças.



José António Alves Ferreira de Lemos
Refojos - Santo Tirso
N - 24 de Dezembro de 1900
F - 04 de Maio de 1989
Advogado

Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal:

José António Alves Ferreira de Lemos

21 de Maio de 1930

10 de Agosto de 1931

Vice-Presidente: Manuel Ferreira da Silva Fonseca

Vereadores: Serafim Gomes de Oliveira, Francisco José Machado Guimarães, Délio Castro Cardos Santarém, António Augusto Correia de Abreu.



Mário Faria Carneiro Pacheco
Santo Tirso
N - 14 de Agosto de 1885
F - 08 de Setembro de 1964
Conservador do Registo Civil

Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal*:

Mário Faria de Carneiro Pacheco

11 de Agosto de 1931

1 de Janeiro de 1942

Mário Faria de Carneiro Pacheco, filho do ex-presidente António Carneiro de Oliveira Pacheco, cumpriu 4 mandatos consecutivos.

* A partir de 1 de Janeiro de 1937, com a designação de Presidente da Câmara Municipal (Código Administrativo de 1936).

1.º mandato

Vice-Presidente: Adriano Fernandes de Azevedo (ficando igualmente com o cargo de Administrador do Concelho)

Vereadores: Avelino da Costa Moreira Padrão, Alexandre Lima Carneiro, Manuel Gil dos Reis Dias Carvalho Ferreira, José da Fonseca Cardoso.

2.º mandato

Vice-Presidente: Adriano Fernandes de Azevedo (ficando igualmente com o cargo de Administrador do Concelho)

Vereadores: Avelino da Costa Moreira Padrão, Alexandre Lima Carneiro, Manuel Gil dos Reis Dias Carvalho Ferreira, José da Fonseca Cardoso.

3.º mandato

Vice-Presidente: Luís Pinheiro da Costa

Vereadores: Álvaro Moreira de Oliveira, Francisco José Machado Guimarães e Aurélio Botelho Moniz.

4.º mandato

Vice-Presidente: António

Andrade Pires de Lima
Vereadores: Cândido da Costa Dias, Francisco Manuel Cardoso Gil Correia de Miranda, e, Arnaldo Augusto Monteiro Brandão.

Em sessão realizada em 5 de Novembro de 1941, o Vice-Presidente António Andrade Pires de Lima é substituído por João Júlio Ferreira.

- Hotel Cidnay. Classificação do Concelho como Estância Turística.
- Criação do Liceu Municipal Agrícola e abertura do INA.



- A praia fluvial de Santo Tirso é inaugurada oficialmente.
- Casa de Chá e Rincão de Patinagem no Parque D. Maria II.

Formosa de Santo Tirso deslucou Mário Faria Carneiro Pacheco pelo papel interventivo nos Bombeiros Voluntários, bem como na Câmara Municipal.



1932	Morte de D. Manuel II.	1934	Salazar vence a revolta dos generais do 28 de Maio e elege Assembleia Nacional.	1937	Atentado anarquista contra Salazar; morte de Afonso Costa e oposição de Paiva Couceiro.	1938	Duarte Pacheco nas Obras Públicas; Conflito de Carneiro Pacheco com o Cardeal Cerejeira.	1940	Semana Social Católica. É criado o Ministério da Economia.
1933	Plebiscito constitucional e Estado Novo.	1935	Lei contra a maçonaria; Revolta de Rolão Preto.	1939	Do Pacto de Varsóvia à II Guerra Mundial.	1941	Álvaro Cunhal reorganiza o PCP.		

APONTAMENTOS PARA A LEITURA DA FORMA URBANA

A oportunidade de olhar para a cidade de Santo Tirso enquanto forma urbana permite percebê-la como um «organismo vivo», que se foi alterando ao longo do tempo, umas vezes de forma programada outras de forma orgânica.

Qualquer trabalho de investigação nesta área depara-se sempre com a indisponibilidade e dispersão de informação, a falta de arquivos de documentação organizados, as dificuldades de acesso às fontes históricas e outras, que não permitem o desenvolvimento de um estudo continuado e célere.

Santo Tirso dispõe, no entanto, de um instrumento urbanístico importante, o "Plano de Urbanização da Cidade de Santo Tirso", datado de 1949 que, à semelhança de outros elaborados para outras cidades e vilas do país, constitui um documento pioneiro na afirmação do urbanismo como uma prática generalizada e na consciencialização da importância do traçado e do desenho na formação das nossas cidades e vilas.

Apresenta-se três tempos da cidade, e, especulando um pouco a partir de dados históricos, articula-se com outros conhecimentos e intuições, com objectivo de melhor perceber o que gera este organismo urbano, que todos os dias experimentamos.

1915



ESTRUTURAÇÃO
 -O Mosteiro de São Bento – origem de Santo Tirso
 -As redes como estrutura do território
 -O crescimento linear ao longo das vias de comunicação
Rede Viária
 Ligação:
 Porto / Santo Tirso
 Santo Tirso / Famalicão
 Santo Tirso / Trofa
 Linha Ferroviária de Guimarães
 -Estrutura viária urbana que precede a urbanização
 -Fixação de indústria na periferia da vila e na proximidade do rio e outros cursos de água
 - Equipamentos qualificadores que pontuam o território.

1945



QUALIFICAÇÃO
 -Rede Viária:
 Variante à EN 105 pelo planalto nascente, permite retirar o trânsito de atravessamento do centro urbano
 -Rede viária urbana:
 Fecho de malha
 Abertura do eixo mercado planalto nascente (Actual Praça do Município)
 Praças Camilo Castelo Branco e Largo General Humberto Delgado
 -Novas áreas de expansão:
 Planalto nascente (Actual envolvente à Praça do Município)
 Área envolvente ao mercado (Actual Rua Luís de Camões)
 -Novos equipamentos
 Novo edifício dos Paços do Concelho
 Cine Teatro
 Escola Industrial
 Campo de Jogos.

2000



CONSOLIDAÇÃO
 -A 3 e variantes
 -A saída do trânsito de atravessamento do centro urbano - Requalificação urbana
 -Densificação urbana apoiada na estrutura existente
 -Grande expressão de tipologias habitacionais de baixa densidade
 -A ocupação de quintas periféricas através de projectos urbanos: planos de pormenor e loteamentos
 -Desenvolvimento e abandono da indústria histórica
 -O reforço de equipamentos urbanos.

LEGENDA

Edifícios com instalações próprias

1 - Igreja Matriz; 2 - Escola Agrícola; 3 - Hospital; 4 - Escola Primária; 5 - Mercado; 6 - CTT; 7 - Hotel Cidnay; 8 - Bombeiros; 9 - G.N.R.; 10 - Tribunal; 11 - Clube Tirsense; 12 - Casa de Chá; 13 - Cadeia.

Edifícios a construir ou a reconstruir

14 - Câmara Municipal e Tesouraria das Finanças; 15 - Escola Primária; 16 - Biblioteca e Arquivo Municipal; 17 - Escola Primária Elementar; 18 - Campos de Jogos; 19 - Hotel; 20 - Posto Clínico; 21 - Auto - Gare; 22 - Estação CP; 23 - Caixa Geral; 24 - Grémio da Lavoura; 25 - Cine-Teatro; 26 - Edifício Público Eventual.



Manuel da Fonseca Pinheiro Guimarães
Santo Tirso
N - 02 de Janeiro de 1891
F - 11 de Maio de 1974
Notário e Advogado

Presidente da Câmara Municipal*:
Manuel da Fonseca Pinheiro Guimarães
2 de Janeiro de 1942
14 de Novembro de 1945

Vice-Presidente: José Vieira da Silva
Vereadores: Francisco Manuel Cardoso Gil Correia de Miranda, Edgar Tomé Félix Botelho Moniz, Serafim Rossi Gomes de Oliveira.

* O Código Administrativo de 1936 consagrara a extinção da figura do Administrador do Concelho e designava o chefe do executivo como Presidente da Câmara Municipal.

Vieira da Silva foi substituído por João Júlio Ferreira em 22 de Junho de 1942, que, por sua vez, é substituído por Alberto Matos Ferreira de Lemos (7 de Abril de 1943). A 7 de Setembro de 44 entra novo Vice-Presidente, António Pinheiro da Rocha. Em 1945, duas novas substituições: no dia 1 de Março, Alberto Pereira de Lima entra para o lugar de Edgar Botelho Moniz e, em 15 de Novembro toma posse como Presidente Adriano Azevedo.



Adriano Fernandes de Azevedo Rebordões
N - 01 de Agosto de 1894
F - 07 de Março de 1983
Advogado

Presidente da Câmara Municipal:
Adriano Fernandes de Azevedo
15 de Novembro de 1945
22 de Setembro de 1950

Vice-Presidente: António Ferreira da Cruz
Vereadores: Augusto Moreira da Silva Vieira, Durval de Sousa Cruz, Américo Ribeiro de Miranda.

O Vice-Presidente António Ferreira da Cruz, foi substituído por David Augusto Pinto de Assoreira em 20 de Abril, que, por sua vez, foi substituído por Augusto Moreira da Silva Vieira em 23 de Setembro de 1950, data em que assume a Presidência da Câmara até final do ano.



Cortejo de Oferendas da Misericórdia, em 1948



Aspectos da vida social em Santo Tirso

1942	Conspiração da Shell, ocupação de Timor; Publicação das obras de Fernando Pessoa.	1944	Marcelo Caetano e Santos Costa ascendem a ministros; Socialistas começam a organizar-se.	1946	Amnistia às revoltas da Mealhada e da Junta de Salvação Nacional. Perigo de uma revolução pela via constitucional e a denúncia da cortina de ferro.	1948	Morte de Bento de Jesus Caraça; Padre Abel Varzim na oposição.	1950	Integralistas na oposição; Sarmiento Rodrigues nas colónias
1943	Greves comunistas; Acordo sobre os Açores.	1945	Vitória dos aliados; criação do MUD.	1947	De Santos Costa à Abrilada; Revolta da Junta de Libertação Nacional.	1949	Campanha de Norton de Matos; prisão de Álvaro Cunhal.		



General Sarmiento Rodrigues



Augusto Moreira da Silva Vieira
Agrela
N - 27 de Novembro de 1911
F - 29 de Janeiro de 1975
Médico

Presidente Substituto:
Augusto Moreira da Silva Vieira
23 de Setembro de 1950
1 de Janeiro de 1951

Vice-Presidente: António Ferreira da Cruz

Vereadores: António Pinheiro da Rocha, Durval de Sousa Cruz, Américo Ribeiro de Miranda.



A partir de 1938, data em que Duarte Pacheco retoma as funções de Ministro das Obras Públicas e Comunicações, o Estado Novo irá afirmar a sua presença em todo o território nacional através da construção de edifícios públicos, como os CTT de St. Tirso.



Postal do edifício de Santo Tirso, mais tarde impresso em selos (1990).



Luís de Vasconcelos Trepa
Santo Tirso
N - 23 de Abril de 1913
F - 29 de Abril de 1985
Conservador do Registo Civil

Presidente da Comissão Administrativa Municipal:
Luís de Vasconcelos Trepa
2 de Janeiro de 1951
13 de Maio de 1951

Vice-Presidente: David Augusto Pinto de Assoreira (substituído em 26 de Fevereiro por António Júlia Pinheiro Carneiro Leão Cardoso Correia de Miranda).
Vereadores: Abílio da Costa Couto, Bernardino Correia de Sousa, Narciso José Machado Guimarães, Raúl Hargreaves Fernandes, David Ferreira da Costa, Gabriel António Maciel Cardoso de Miranda Fanzeres.



José Francisco da Costa no Padrão em 1950.



O Monte Padrão em 1955.

- Iniciam-se as escavações no Monte Padrão.



- Iniciam-se as obras para a construção de um novo Posto dos Correios junto ao Largo Conde de S. Bento.



Santo Tirso nos anos 50

1951

O Estado de Segurança Nacional - De 1951 a 1958, período correspondente ao mandato de Craveiro Lopes, o regime viveu um típico situacionismo de guerra fria, marcado pelo domínio de Santos Costa e a emergência da facção de Marcelo Caetano. O salazarismo, enredado no modelo neofonista dos chamados planos de fomento, põe fim à hipótese de solução monárquica e enreda-se na falta de solução para o problema ultramarino.



Craveiro Lopes e Santos Costa



Marcelo Caetano e Humberto Delgado



Alexandre Lima de Castro Carneiro
Areias
N - 02 de Junho de 1898
F - 23 de Maio de 1962
Médico

Presidente da Câmara Municipal:
Alexandre Lima de Castro Carneiro

14 de Maio de 1951
18 de Maio de 1959*

Vice-Presidente: Alberto Augusto Fleming Pinto Félix
Vereadores: Bernardino Correia de Sousa, Manuel Ferreira da Silva Fonseca, Américo Nogueira Gonçalves, José Francisco André, Gabriel António Maciel Cardoso Fanzeres, José Carvalho Correia.

* Reforma Administrativa de 1959.

Em 14 de Maio de 1951, por Alvará do Governo Civil do Porto, é nomeado Presidente da Câmara Alexandre Lima de Castro Carneiro, por demissão de Luís Trepá. Entre Setembro e Novembro de 1951 verificam-se várias alterações na Vereação: Alberto da Cunha Andrade e Manuel Alves da Silva Fontela assinam as actas como Vereadores. A estabilidade surge a partir de 27 de Abril de 1954.



Inauguração do Tribunal da Comarca de Santo Tirso e Casa dos Magistrados, 11 de Maio de 1959.

A cerimónia foi presidida pelo Ministro da Justiça, Prof. Doutor Antunes Varela, nome atribuído à Praça em frente ao edifício. O projeto de construção foi da autoria do Arquiteto Rodrigues de Lima.

- Instalação da Biblioteca Municipal no edifício junto ao Parque onde estiveram instalados os Sapadores e o Hospital.

Inauguração do Cine-Teatro.
A Vila começa a expandir-se para nascente.



- Criação da Escola Comercial e Industrial em Santo Tirso.

Nova expansão da Vila, para Leste.
Inauguração dos CTT.



- 1952 Fim do racionamento; I Plano de Fomento
- 1953 Congresso da JUC; Massacre de Batepá (Ilha de S. Tomé).

- 1954 O recuo da Europa - A Assembleia Nacional, na sequência de um debate sobre a matéria europeia, apenas aprovará, em 27 de Novembro de 1953, uma vaga moção favorável à construção da *Europa Unida*.

Conflito latente entre Craveiro Lopes e Salazar.
Marcelo Caetano coloca-se do lado de Craveiro Lopes.

- 1956 Volta da entrada de Portugal na ONU: dirigiu a delegação o embaixador Vasco Garin.
- Criação do PAIGC e do MPLA; Morte de Gulbenkian.

- 1957 Primeiro Congresso Republicano de Aveiro; Movimento Monárquico Independente.
- 1957 O ano de Humberto Delgado.



Américo Nogueira Gonçalves
Rebordões

N - 19 de Janeiro de 1894
F - 19 de Julho de 1996
Industrial

Presidente Substituto:

Américo Nogueira Gonçalves*

19 de Maio de 1959

25 de Maio de 1959

Vice-Presidente: Alberto Augusto
Fleming Pinto Félix

Vereadores: Bernardino Correia de
Sousa, Manuel Ferreira da Silva
Fonseca, Raul Hargreaves Fernandes,
José Francisco André, Gabriel
António Maciel Cardoso Fanzeres, e,
José Carvalho Correia.

* Américo Gonçalves foi nomeado por
Alvará 13.º do Governo Civil do Porto, até
final do mês de Maio.



Délio de Castro Cardoso
Santarém

Santo Tirso
N - 31 de Maio de 1903
F - 20 de Março de 2000
Médico

Presidente da Comissão
Administrativa da Câmara
Municipal*:

Délio de Castro Cardoso Santarém

26 de Maio de 1959

31 de Dezembro de 1959

José Carvalho Correia cessa funções
de Vereador sendo substituído por
Luís Pinheiro da Costa, mantendo-se
a restante Vereação.

Em 9 de Junho foi nomeado como
novo Vice-Presidente, Alfredo da
Silva Sanches.

* Nomeado pelo Governo Civil do Porto.

Tomás Pelayo

Nasceu em Santo Tirso em
20 de maio de 1898, numa
casa localizada na
interseção da Rua do
Norte - hoje, Rua Dr.
Oliveira Salazar -, com a
Rua do Olival.

Após a realização do
Curso Preparatório,
terminado em 1923,
ingressou na Escola de
Belas-Artes do Porto,
tendo concluído, em 1925,
o Curso Especial de
Pintura com classificação
final de Bom. Passaria os
próximos sete anos em
Paris onde aprendeu e
aperfeiçoou a sua técnica
com mestres consagrados
e participou em inúmeras
exposições.

Após o seu regresso, em
1933, dedicou-se ao
magistério e à pintura
tendo produzido uma
extensa obra, técnica e
esteticamente muito
consistente, reveladora de
várias influências
artísticas, como foi
patente na exposição
retrospectiva promovida
pelo Museu Municipal
Abade Pedrosa em 1997,
onde estiveram em
exibição cerca de uma
centena de obras.

● Inauguração do Palácio da Justiça:

Inauguração oficial da Escola Comercial
e Industrial de Santo Tirso, depois
Escola Secundária Tomás Pelayo.



● Início das obras do novo Posto Médico (inaugurado em
1964) em frente do Mercado Municipal, hoje Junta de
Freguesia de Santo Tirso.

1959

Lei de 29 de Agosto altera a Constituição.
Presidente da República passa a ser eleito
por um colégio eleitoral.
Fim do modelo de sufrágio universal instituído
pelo sidonismo, que foi retomado em 1976.
Salazar tenta assim evitar o temido golpe de
Estado constitucional.

Os 3 grandes de Portugal começam a destacar-se
no futebol europeu.





Délio de Castro Cardoso Santarém
Santo Tirso
N - 31 de Maio de 1903
F - 20 de Março de 2000
Médico

Presidente da Câmara Municipal:
Délio de Castro Cardoso Santarém
2 de Janeiro de 1960
30 de Agosto de 1970

1.º mandato (1960):
Vice-Presidente: Alfredo da Silva Sanches
Vereadores: Alexandre de Sousa Ferreira, Américo Nogueira Gonçalves, Bernardo da veiga Gil da Fonseca Pinheiro, Duarte Nuno Pereira de Castro de Abreu Sampaio, Joaquim Dilarmino de Freitas, António Alves da Silva Pimenta.

Em 12 de Outubro de 1961, Manuel Eduardo Sousa substitui Bernardo Pinheiro.

Em 16 de Setembro de 1964, José Pelayo e Silva e António Carneiro Pinto de Meireles assumem funções como Vereadores, tal como Carlos Manuel Lagoa e Sá, uma semana depois.

2.º mandato (1964):
Vice-Presidente: Alfredo da Silva Sanches
Vereadores: Carlos Manuel Lagoa e Sá, António Carneiro Pinto de Meireles, Américo Nogueira Gonçalves (substituído temporariamente por António Albano de Sá Araújo), Alexandre de Sousa Ferreira, José Pelayo e Silva.

3.º mandato (1968):
Vice-Presidente: Alfredo da Silva Sanches
Vereadores: Carlos Manuel Lagoa e Sá, António Carneiro Pinto de Meireles, Alberto Augusto Fleming Pinto Félix, Alexandre de Sousa Ferreira, José Pelayo e Silva.

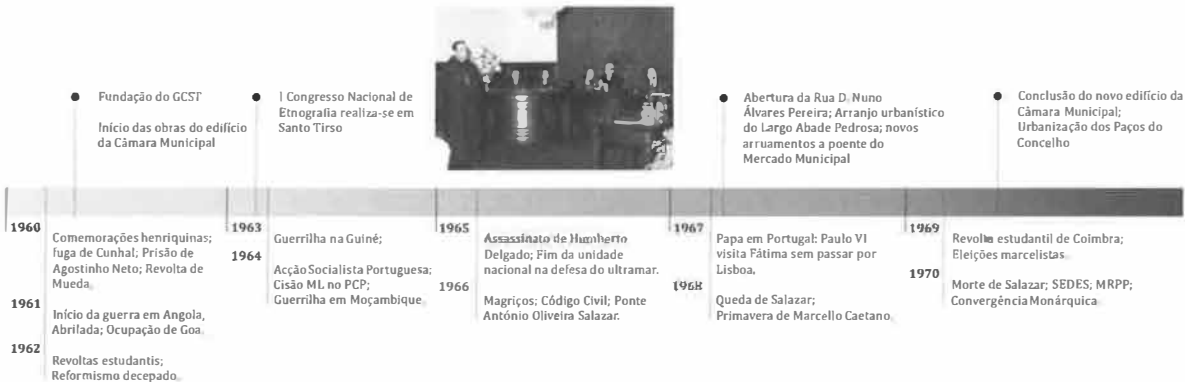
No dia 1 de Setembro de 1970, por portaria publicado no Diário do Governo II Série, n.º 198, foram exonerados o Presidente e Vice-Presidente, com referência de louvor pela competência no desempenho das funções, tendo sido substituídos por João Augusto Miranda da Silva Gonçalves (Presidente) e por Manuel Carlos Calém de Sousa Carneiro (Vice-Presidente).



Paços do Concelho, construção 1964



Paços do Concelho, construção 1967





João Augusto Miranda da Silva Gonçalves
Santo Tirso
N - 30 de Janeiro de 1930
F - 07 de Dezembro de 1997
Juiz



Artur Alves e Castro
Vila das Aves
N - 31 de Maio de 1903
F - 03 de Abril de 1981
Médico

**Presidente da Câmara Municipal:
João Augusto Miranda da Silva Gonçalves**

1 de Setembro de 1970
1 de Julho de 1974

Vice-Presidente: Manuel Carlos Calém de Sousa Carneiro
Vereadores: Alexandrino Teixeira Fernandes Machado, Américo Augusto Pereira Gonçalves, António de Sá Araújo, António da Veiga Gil da Fonseca Pinheiro, Artur Alves e Castro, Joaquim Moreira Maia, António Alves da Silva Pimenta, Alexandre de Sousa Ferreira, Carlos Manuel Lagoa e Sá.

**Presidente Substituto:
Artur Alves e Castro**
2 de Julho de 1974
16 de Setembro de 1974

Após o 25 de Abril, a partir do dia 2 de Julho de 1974, as reuniões da Câmara Municipal efetuam-se sob a presidência de Artur Alves e Castro, exercendo funções de Presidente Substituto.

O 25 de Abril de 1974 em Santo Tirso:

Apesar da primazia da notícia na rádio e na televisão, a imprensa escrita foi o meio de comunicação mais procurado em Santo Tirso após os acontecimentos do dia 25 de Abril de 1974. Os jornais locais anunciavam: «Uma Junta de Salvação Nacional, presidida pelo General António de Spínola, tomou conta do Governo do País», ou «Triunfante, o Movimentos das Forças Armadas».

A primeira página dos jornais divulgava a Proclamação do MFA ao País. Na semana seguinte, a mesma era preenchida com o Programa da Junta Nacional de Salvação.

As saudações enviadas para Lisboa não se fizeram esperar, sobretudo por inúmeras Câmaras Municipais do país. Em Maio, foi formado o Governo Provisório chefiado pelo Dr. Palma Carlos.

Em Santo Tirso, a primeira notícia de manifestação parte do Liceu Nacional. Professores, alunos e funcionários, reuniram em plenário e enviaram telegramas ao Presidente da Junta de Salvação Nacional, bem como ao Delegado da JNS do Ministério da Educação e Cultura.

- Inauguração da estátua de São Rosendo em frente à Câmara Municipal da autoria de Irene Vilar.



São Rosendo

Foi ainda no ambiente da Reconquista que, no século X, São Rosendo, filho da «aristocracia condal», nasceu, viveu e se distinguiu. Nasceu no ano de 907, no lugar de Salas, freguesia de São Miguel do Couto, filho do Conde D. Gutierre Mendes e da Condessa Ilduara Eriz. Foi nomeado Bispo de Mondonhedo com apenas 18 anos de idade.

Desejando criar uma comunidade-modelo, conseguiu edificar um grande mosteiro, em Villar, diocese de Ourense. Com a obtenção de doações, ao fim de oito anos (936-942) de obras, no dia 25 de Setembro de 942, inauguraria o conhecido mosteiro de Celanova. Em 967 instala-se, como simples monge, em Celanova, tendo falecido no dia 1 de Março de 977.

1971	Revisão Constitucional Lei nº 3/71 revê a Constituição de 1933. As províncias ultramarinas passam a poder ter estatutos próprios, como regiões autónomas, podendo ser designadas como Estados (16 de Agosto)	1972	As Brigadas Revolucionárias tentam cortar energia eléctrica no país. Surge o Boletim Anti-Colonial emitido por cristãos, então adeptos da revolução e do socialismo, com grande influência do Partido Revolucionário do Proletariado.	1973	Colapso do marcelismo. Generais divididos – Almoço de Kauliza de Arriaga, António de Spínola, Venâncio Deslandes e Pinto Resende, onde se critica a política ultramarina do governo.	1974	16 de Março; 25 de Abril; 28 de Setembro. Democracia, Desenvolvimento, Descolonização.
------	---	------	--	------	---	------	---



António Sá Couto de Araújo
Trofa
N - 12 Março de 1923
F - 21 Dezembro de 2001
Industrial

Presidente Interino:
António Sá Couto de Araújo
17 de Setembro de 1974
25 de Outubro de 1974

Em 17 de Setembro de 1974, por Alvará do Governo Civil do Porto, é designado Vereador servindo de Presidente António Sá Couto de Araújo.

António Sá Couto de Araújo foi o responsável pela instalação da Biblioteca Municipal no edifício dos antigos Paços do Concelho, atual Museu Municipal Abade Pedrosa. A Biblioteca Municipal funcionava até então num prédio alugado junto ao Parque D. Maria II. No seu curto período de tempo à frente do executivo camarário, empenhou-se na organização dos ficheiros da Biblioteca e no início da instalação de uma secção de Museu Municipal no mesmo local.



José Manuel de Castro Neto
Burgães
N - 06 de Março de 1944
Advogado

Presidente da Comissão Administrativa Municipal:
José Manuel de Castro Neto
26 de Outubro de 1974
14 de Maio de 1976

Vice-Presidente – Agostinho Ferreira de Castro Lopes
Vereadores – António Barbosa dos Santos, António Jorge Gonçalves Afonso, Manuel Jacinto de Azevedo Soares da Costa, Manuel Rodrigues da Silva, e, ROSA MARIA CORREIA GIL PINHEIRO (primeira mulher a fazer parte de um executivo camarário).

A 26 de Outubro de 1974, surge a primeira Comissão Administrativa nomeada para substituir a anterior Vereação, com funções de manter a autarquia em funcionamento até final do ano civil em curso. Castro Neto ficaria como Presidente até meados de Maio de 1976, prosseguindo com os projetos estabelecidos pelos executivos de Artur Castro Alves e de António Sá Couto de Araújo. A cerimónia decorreu no dia 26 de Outubro presidida por Cal Brandão, Governador Civil do Porto.



Organização da Biblioteca Municipal.



Eventos desportivos e culturais dinamizam Santo Tirso.

1975

11 de Março; Eleições; PREC; Verão Quente e 25 de Novembro.
Da via socialista ao PREC. A Unidade sindical.



1976

Nova Constituição; Eleição de Ramalho Eanes e Governo do PS.

Eleições Autárquicas (12 de Dezembro). PS com 33,47% é o partido mais votado. Segue-se o PSD com 24,71%, a FEPU com 17,97% e o CDS com 15,93%.





Abílio Camões da Costa Carvalho
Santo Tirso
N - 03 de Janeiro de 1925
F - 11 de Junho de 2003
Professor

Presidente da Comissão
Administrativa Municipal:
Abílio Camões da Costa Carvalho
15 de Maio de 1976
21 de Janeiro de 1977

Vice-Presidente - Asuél Dinis
Linhares Carneiro
Vereadores - Augusto Ferreira da
Silva, Arlindo Maia da Costa
Rodrigues, Joaquim Matos de Sá
Barbosa, Eurico Manuel da Silva
Ferreira, António Barbosa dos
Santos.



Asuél Dinis Linhares Carneiro
Agrela
N - 06 de Setembro de 1944
Advogado

Presidente da Câmara Municipal:
Asuél Dinis Linhares Carneiro
22 de Janeiro de 1977
16 de Janeiro de 1980

Vice-Presidente - Manuel Luciano da
Costa Gomes
Vereadores Eleitos - Augusto
Ferreira da Silva, Arlindo Maia da
Costa Rodrigues, Amadeu de Castro
Pinheiro, Adalberto Pinto da Silva,
Paraíso Almeida Machado, Adélio
Pereira Serra, José Augusto Pereira
Alves, Joaquim Alberto Machado
Ferreira da Silva, Manuel Ferreira de
Andrade, Avelino Soares Moreira.

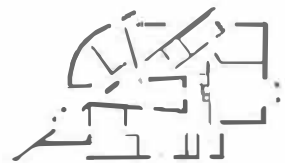


Sarau do Ginásio Clube de Santo Tirso, em
Junho de 1976.
O GCST foi fundado em 1961, realizando
todos os anos o sarau de encerramento das
atividades desportivas no seu Pavilhão,
cerimónia onde são atribuídos prémios de
mérito e reconhecimento.



Termas das Caldinhas requalificadas.

22 de Janeiro de 1977
toma posse a primeira
Câmara Municipal eleita
por sufrágio direto.



Casa Unifamiliar, projeto
de Ary Sosa Vieira
Santo Tirso, 1977



● Instalação da GNR, junto à Escola Tomás Pelayo
Transferência e ampliação do Colégio das
Teresianas

1977 Listas afetas à PSD vencem eleições
académicas no Porto, Coimbra e Lisboa.
Procura da Convergência Democrática
(PPD e CDS) tendo em vista o
estabelecimento de uma maioria estável.

1978 PS e CDS assinam acordo
político de incidência governamental
e Ramalho Eanes convida oficialmente
Mário Soares para formar governo.

1979 «100 dias de
pintasilguismo» e vitória
eleitoral da Direita.
Reformas - Assembleia da
República aprova amnistia para
crimes políticos de carácter
militar, ocorridos depois do 25
de Abril de 1974.

1980 Morte de Francisco de Sá Carneiro;
reeleição de Ramalho Eanes.



Armando Palhares Magalhães
Afife
N - 17 de Janeiro de 1924
F - 26 de Maio de 2005
Farmacêutico

Presidente da Câmara Municipal:
Armando Palhares Magalhães
17 de Janeiro de 1980
12 de Janeiro de 1983

Vice-Presidente – Alberto Pereira Serra
Vereadores Eleitos – Asuíl Dinis Linhares Carneiro (substituído em 29 de Outubro de 1981 por Joaquim Couto), Manuel Ferreira de Andrade, Amadeu de Castro Pinheiro, José Carvalho Nogueira, Ivo Ângelo Andrade Martins, Manuel Alves dos Reis, Adalberto Pinto da Silva.



Joaquim Barbosa Ferreira Couto
Água Longa
N - 01 de Maio de 1951
Médico

Presidente da Câmara Municipal:
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
13 de Janeiro de 1983
14 de Novembro de 1999

(1.º Mandato) Vice-Presidente: António Alberto de Castro Fernandes
Vereadores com Pelouro: João Fernandes (substituído em 21 de Julho de 1983 por António Carvalho), Manuel Ferreira de Andrade (substituído em 19 de Janeiro de 1984 por Lázaro Ferreira da Costa, até 7 de Junho de 1984, quando reassumiu as suas funções), ANA MARIA LINHARES CARNEIRO, Serafim Tedim.



Construção do Estádio do CD Aves, inaugurado em 1981.



Estádio Abel Alves de Figueiredo entra em obras, tendo em vista a criação do relvado.

Vereadores da Oposição (sem pelouro atribuído): José Alberto Vilaça Gonçalves, Manuel José da Costa Neto e José Domingues dos Santos (substituído por Abílio Jorge Leite de Almeida e Costa em 21 de Fevereiro de 1984).



Presidente da Câmara Municipal: **Joaquim Barbosa Ferreira Couto**

2.º mandato (16 de Janeiro de 1986):

Vice-Presidente – António Alberto de Castro Fernandes

Vereadores Eleitos – António Manuel Silva e Sousa, Serafim dos Santos Tedim, Fernando Paulo da Silva Marques, António José Marques de Carvalho, Abílio Jorge Leite Almeida da Costa, Afonso Ferreira Paixão, Manuel Ferreira de Andrade.

3.º mandato (15 de Janeiro de 1990):

Vice-Presidente – António Alberto de Castro Fernandes

Vereadores Eleitos – Carlos Manuel Oliveira da Silva, Alexandrino Teixeira Fernandes Machado (substituído em 30 de Agosto de 1990 por José Pedro de Castro e Costa Moreda de Miranda), Serafim dos Santos Tedim, António José Marques de Carvalho, Abílio Jorge Leite Almeida da Costa, Afonso Ferreira Paixão, António Adalberto Alves Carneiro, Sérgio Luís Moinhos Costa.

4.º mandato (05 de Janeiro de 1994):

Vice-Presidente – António Alberto de Castro Fernandes

Vereadores Eleitos – Bernardino Manuel Vasconcelos, Armindo Teixeira Borges (substituído por José Manuel Alves Pimenta de Carvalho em 10 de Janeiro de 1995), Serafim dos Santos Tedim (faleceu em 24 de Abril de 1996), António Jorge Gonçalves Afonso, António José Marques de Carvalho (substituído por Sérgio Luís Moinhos Costa em 16 de Maio de 1994), Afonso Ferreira Paixão (substituído por António José Marques de Carvalho em 10 de Janeiro de 1995), António Adalberto Alves Carneiro.

5.º mandato (04 de Janeiro de 1998):

Vice-Presidente – António Alberto de Castro Fernandes (em Novembro de 1999 assume a Presidência em função de Joaquim Couto ter sido nomeado pelo Governo de António Guterres, Governador Civil do Porto).

Vereadores Eleitos – Lino Manuel Pinto Correia Lagoa, António Alberto Verne da Silva, Luís Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues, Orlando Gaspar Moinhos Costa, Abílio Jorge Leite Almeida Costa, Américo Luís Carvalho Fernandes, Paula Cristina Dinis Pinto, Carla Alexandra Ferreira Teixeira Dias.



Assinatura de Protocolo com Cefanova



Inauguração do MIEC-ST



Exposição 150 anos da Fábrica do Rio Vizela



Aterro sanitário



ETAR do Rabada

● Estação de Captação de Águas na Rabada
Criação do MIEC

● É criado um Pólo Universitário em Santo Tirso (UP)
Criação da Central de Transportes
Criação do FIGST

● Inauguração do novo Hotel Cidnay
I Congresso Int. «Os Beneditinos na Europa»



● Criação do NAID

1991 Massacre em Dili.
Tratado de Maastricht.

1992 Portugal assume, pela 1.ª vez, a presidência da UE.

1993 «Guerra das Propinas», manifestações diante do Ministério da Educação.

1994 «Guerra das Portagens»

1995 Renúncia de Cavaco Silva e vitória eleitoral de António Guterres

1996 Jorge Sampaio é eleito Presidente da República.

1997 Manifestação de polícias a favor da criação de um sindicato.

1998 «Egra 98»; Referendos sobre o Aborto e a Regionalização. É inaugurada a Ponte Vasco da Gama.

1999 Portugal aposta no turismo rural.



António Alberto de Castro Fernandes
Vila das Aves
N - 27 de Dezembro de 1952
Engenheiro Civil

Presidente da Assembleia Municipal

Eng.º **Luciano Gomes**, natural de Santo Tirso, presidiu à Assembleia Municipal (após Asufl Dinis) durante os mandatos de Joaquim Couto e depois com Castro Fernandes. Em 2009 ocupou o cargo o Dr. **António Guedes**, natural de Santo Tirso.

Presidente da Câmara Municipal:

António Alberto de Castro Fernandes

15 de Novembro de 1999 (Assume a Presidência da Câmara Municipal por substituição do Dr. Joaquim Couto)
Atualidade

(1.º Mandato, 2001)

Vice-Presidente: Luís Gonzaga Freitas

Vereadores: António Verne (substituído por José Pedro Machado em Junho de 2004), Orlando Moinhos, Ana Maria Ferreira. Sem Pelouro: David Assoreira, Paulo Ferreira, Américo Luís Fernandes e Francisco Miranda de Sousa.

(2.º Mandato, 2005)

Vice-Presidente: Luís Gonzaga Freitas.

Vereadores: Ana Maria Ferreira, Júlia Moinhos, José Pedro Machado. Sem Pelouro: João Abreu, Ana Sofia Barreto, José Luís Martins e Mário Roriz.

(3.º Mandato, 2009)

Vice-Presidente: Luís Gonzaga Freitas.

Vereadores: Ana Maria Ferreira, Júlia Godinho, José Pedro Machado. Sem Pelouro: João Abreu (substituído por Carlos Pacheco) Alírio Canceles, Mafalda Oliveira, Mário Roriz.



Núcleo de Apoio à Integração do Deficiente, 2003



Criação do Serviço de Polícia Municipal, 2003



Centro Interpretativo do Monte Padrão, 2008



Centro Cultural de Vila das Aves, 2005



Percurso Pedonal e Ciclável, 2012

Biblioteca Municipal, 2001



Pavilhão Municipal, 2002



Parque Urbana da Rabada, 2005



CHMA, Urgência de Santo Tirso, 2009



Centro de Atendimento de Clientes PT, 2009



2000	No último ano do milénio, a revelação do 3.º segredo de Fátima	2001	Jorge Sampaio reeleito; Queda da ponte de Entre-os-Rios; atentado contra as Torres Gémeas.	2002	PSD vence eleições. Governo de coligação PSD e PP.	2003	Independência de Timor.	2004	PS vence eleições para o Parlamento Europeu; UE acolhe 10 novos membros.	2005	PS vence Legislativas.	2006	Lei anti-tabagista, proibição de fumar em locais públicos fechados.	2009	PS vence Legislativas e Autárquicas, PSD vence Europeias
------	--	------	--	------	--	------	-------------------------	------	--	------	------------------------	------	---	------	--

Ficha Técnica

Título – Génese e evolução do concelho de Santo Tirso (1834-2012),
Estrutura administrativa e órgãos autárquicos.
Coordenação - Álvaro de Brito Moreira.
Autoria – Nestor Borges; Álvaro Moreira.
Desenho Técnico – Carla Sofia Carneiro.
Créditos fotográficos – Museu Municipal Abade Pedrosa;
Arquivo Municipal de Fotografia.
Conceção gráfica – Nestor Borges; Álvaro Moreira.
Edição – Câmara Municipal de Santo Tirso.
Impressão e acabamento – Norprint, S.A.
Tiragem – 250 exemplares.
ISBN – 978-972-8190-05-7
Depósito Legal – 341933/12